

1 Ata da 117ª Sessão Ordinária da 18ª Legislatura da Câmara Municipal de
2 Barra do Garças – MT.

3 Aos 09 (nove) dias, do mês de dezembro, do ano de 2019 (dois mil e dezenove),
4 às 20:00 horas, em sede própria, reuniram-se os Vereadores desta Casa de Leis
5 para mais uma Sessão Ordinária, sob a responsabilidade do Vereador João
6 Rodrigues de Souza – Presidente eleito, secretariado pelo também Vereador
7 Geralmino Alves Rodrigues Neto (Dr. Neto) – 1º Secretário eleito. Observadas
8 as exigências regimentais, constatou-se “quórum” suficiente, momento em que
9 o Sr. Presidente pronunciou a seguinte frase: - Sob a proteção de Deus e em
10 nome do povo barra-garcense, declaro aberto os trabalhos. Após a execução de
11 um trecho Bíblico e do Hino de Barra do Garças, mostrando imagens da
12 cidade, o Sr. Presidente cumprimenta a todos os presentes e em seguida passa
13 a palavra ao 1º Secretário Vereador Geralmino Alves Rodrigues Neto para a
14 leitura das correspondências recebidas e expedidas. Posteriormente, o 1º
15 Secretário cumprimentou a todos os presentes, e após, iniciou a leitura das
16 correspondências, com os **Ofícios Expedidos**. Ofício nº 2634/19- indicação ao
17 Secretário de Transporte e Serviços Públicos Carlos Gontijo; Ofício nº 2635/19-
18 indicação ao deputado estadual Elizeu Nascimento; Ofício nº 2636/19-
19 indicação ao prefeito municipal Roberto Farias; Ofício nº 2637/19- indicação a
20 empresa Energisa; Ofício nº 2638/19- indicação ao Secretário de Urbanismo
21 Lucio Violin Junqueira; Ofício nº 2639/19- Moção de Aplausos nº 298/19 ao Sr.
22 Giovani Fatima Silva de Lima; Ofício nº 2640/19- Moção de Aplausos nº 300/19
23 ao Sr. Marcelo Soler; Ofícios nº 2641/19 a 2662/19- Moção de Aplausos nº
24 301/19 à secretária de saúde Clenia Monteiro Silva Ibrahim e servidores; Ofício
25 nº 2663/19- Moção de Aplausos nº 302/19 à Esther da Silva Sousa; Ofício nº
26 2664/19- Moção de Aplausos nº 303/19 à Thais da Costa Lill; Ofício nº 2665/19-
27 Moção de Aplausos nº 304/19 à Milena da Silva Costa; Ofício nº 2666/19-
28 Moção de Aplausos nº 305/19 à Thamiris de Oliveira G. da Silva; Ofício nº
29 2667/19- Moção de Aplausos nº 306/19 à Thamiris Santos da Silva; Ofício nº
30 2668/19- Moção de Aplausos nº 307/19 à Herida Kassandra dos S. Santana;
31 Ofício nº 2669/19- Moção de Aplausos nº 308/19 à Diana Cristina Santos Frete;
32 Ofício nº 2670/19- Moção de Aplausos nº 309/19 à Juan Carlos Correa; Ofício
33 nº 2671/19- Moção de Aplausos nº 310/19 à Escola Estadual Irmã Diva

Handwritten signatures and notes on the right side of the page, including a vertical signature that reads "Gentoo Nobre zindas".

34 Pimentel; Ofício nº 2672/19- Moção de Aplausos nº 311/19 à Escola Estadual
35 Norberto Schwantes; Ofício nº 2673/19- Moção de Aplausos nº 312/19 à Escola
36 Estadual Gaspar Dutra; Ofícios nºs. 2674/19 a 2695/19- Moção de Aplausos nº
37 313/19 aos servidores da Escola Castro Alves, distrito Vale dos Sonhos; Ofício
38 nº 162/19-encaminha matéria(s) aprovada(s) ao Poder Executivo Municipal Sr.
39 Roberto Ângelo de Farias (Projeto de Lei Complementar nº 015/19, Projeto de
40 Lei Complementar nº 018/19, Projeto de Lei nº 066/19 e Projeto de Lei nº 067/19
41 de autoria do Poder Executivo Municipal; Projeto de Lei nº 060/19, de autoria
42 do Ver. Jaime-PMDB); Ofício nº 163/2019, de 03/12/19, do Sr. Presidente João
43 Rodrigues de Souza, ao secretário de indústria, comércio e desenvolvimento
44 rural Jeová Ferreira da Silva, encaminha resposta ao Ofício nº 148/SICDR/2019;
45 Ofício nº 164/2019, de 03/12/19, do Sr. Presidente João Rodrigues de Souza, ao
46 secretário de esporte e lazer Alberico Rocha Lima, encaminha resposta ao
47 Ofício Circular nº 012/2019; Ofício nº 165/2019, de 03/12/19, do Sr. Presidente
48 João Rodrigues de Souza, à diretora presidente da AGER Maria Oliviecki
49 Coiatelli, encaminha resposta ao Ofício nº 202/2019; Ofício nº 166/2019, de
50 04/12/19, do Sr. Presidente João Rodrigues de Souza, ao promotor de justiça
51 Dr. Marcos Brant Gambier Costa, encaminha resposta ao Ofício nº
52 490/2019/3ªPJC/BG/MPE/MT; Ofício nº 167/2019, de 05/12/19, do Sr. Presidente
53 João Rodrigues de Souza, ao presidente da Subseção da OAB Dr. André Luiz
54 Soares Bernardes, encaminha resposta ao Ofício nº 178/2019/OAB/BG;
55 Correspondência, de 02/12/19, do Ver. Gustavo Nolasco, ao secretário de
56 transporte e serviços públicos Carlos Gontijo, solicita empenho em autorizar
57 implantação de redutores de velocidade na rua Bororos, esquina com a rua
58 Couto Magalhães e rua Salesianos. **Correspondências Recebidas.** Ofício nº
59 337/GAB/2019, de 09/12/19, do Secretário Chefe de Gabinete George Câmara
60 Maia, ao Presidente da Câmara Municipal Sr. João Rodrigues de Souza, solicita
61 devolução do Projeto de Lei Complementar nº 017/2019; Ofício nº
62 333/SMS/GB/BG/2019, de 09/12/19, da Secretária de Saúde Clenia Monteiro
63 Silva Ibrahim, ao Presidente da Câmara Municipal Sr. João Rodrigues de
64 Souza, encaminha as verbas federais repassadas pela União ao município de
65 Barra do Garças, no mês de dezembro de 2019; Ofício nº 328/SMS/GB/BG/2019,
66 de 06/12/19, da Secretária de Saúde Clenia Monteiro Silva Ibrahim, ao
67 Presidente da Câmara Municipal Sr. João Rodrigues de Souza, encaminha as

68 verbas federais repassadas pela União ao município de Barra do Garças, no
69 mês de dezembro de 2019; Convite, da Câmara Municipal, à população, para
70 participar de solenidade de entrega de títulos de cidadania barra-garçense, dia
71 04/12/19 às 20h, no auditório desta Casa; Ofício n° 178/2019/OAB.BG, de
72 05/12/19, do presidente da OAB/MT 2ª Subseção de Barra do Garças André
73 Luiz Soares Bernardes, ao Presidente da Câmara Municipal Sr. João Rodrigues
74 de Souza, solicita esclarecimentos e cópia integral do Projeto de Lei
75 Complementar n° 017/2019; Ofício n° 172/2019/OAB.BG, de 05/12/19, do
76 presidente da OAB/MT 2ª Subseção de Barra do Garças André Luiz Soares
77 Bernardes, ao Presidente da Câmara Municipal Sr. João Rodrigues de Souza,
78 encaminha agradecimentos aos nobres vereadores pela Moção de Aplausos n°
79 296/19; Ofício n° 171/2019/OAB.BG, de 05/12/19, do presidente da OAB/MT 2ª
80 Subseção de Barra do Garças André Luiz Soares Bernardes, ao Vereador Alex
81 Matos, encaminha agradecimentos pela Moção de Aplausos n° 296/19; Ofício
82 n° 490/2019/3ªPJC/BG/MPE/MT, de 03/12/19, do promotor de justiça Dr.
83 Marcos Brant Gambier Costa, ao Presidente da Câmara Municipal Sr. João
84 Rodrigues de Souza, solicita cópia integral do Projeto de Lei Complementar n°
85 017/2019 de 02/12/19; Ofício n° 319/SMS/GB/BG/2019, de 03/12/19, da
86 Secretária de Saúde Clenia Monteiro Silva Ibrahim, ao Presidente da Câmara
87 Municipal Sr. João Rodrigues de Souza, encaminha as verbas federais
88 repassadas pela União ao município de Barra do Garças, no mês de novembro
89 de 2019; Ofício n° 568/2019/CMBG/SUASE/SAJU/SESP-apef, de 03/12/19, da
90 Gerente Regional do Centro de Atendimento Socioeducativo Masculino
91 Amanda Lucia Kollett, ao Presidente da Câmara Municipal Sr. João Rodrigues
92 de Souza, solicita lanche para a confraternização de natal do Centro de
93 Atendimento Socioeducativo Masculino de Barra do Garças; Ofício n°
94 135/SMT/2019, de 04/12/19, da Secretária de Turismo Monica Ferreira Porto, ao
95 Presidente da Câmara Municipal Sr. João Rodrigues de Souza e para todos os
96 vereadores, encaminha respostas às sessões dos dias 18 e 25/11/19; Ofício n°
97 2937/2019-COF/CGEOFPC/DA/SUDECO, de 21/11/19, do Superintendente
98 Nelson Vieira Fraga Filho, ao Presidente da Câmara Municipal Sr. João
99 Rodrigues de Souza, comunica liberação da importância de R\$ 200.000,00, para
100 aquisição de patrulha mecanizada para o município; Ofício n°
101 13716/2019/GD/SSL, de 21/10/19, do Deputado Estadual Valdir Barranco, ao

102 Presidente da Câmara Municipal Sr. João Rodrigues de Souza, encaminha
103 Indicação nº 4961/2019. **Correspondências Recebidas da Prefeitura**
104 **Municipal.** Lei Complementar nº 265 de 03 de dezembro de 2019, de autoria
105 do Poder Executivo Municipal, que "Altera a Lei Complementar nº 084 de 01
106 de abril de 2005 e suas alterações, que dispõe sobre a estrutura organizacional
107 da administração direta do poder executivo e dá outras providências". (Altera
108 nomenclatura de um cargo DAS, lotado na secretaria de planejamento urbano
109 e obras e altera o Anexo IV da Lei Complementar nº 084/2005 e suas
110 alterações); Lei Complementar nº 264 de 03 de dezembro de 2019, de autoria
111 do Poder Executivo Municipal, que "Autoriza prorrogar o mutirão fiscal 2019
112 – transação e o parcelamento de débitos do mutirão da conciliação do ano de
113 2019 no município de Barra do Garças"; Decreto nº 4.235, de 02 de dezembro
114 de 2019, de autoria do Poder Executivo Municipal, que "Cria o Programa de
115 Saúde da Família PSF Centro e dá outras providências"; Decreto nº 4.234, de
116 02 de dezembro de 2019, de autoria do Poder Executivo Municipal, que "Cria
117 o Programa de Saúde da Família PSF Anchieta e dá outras providências";
118 Decreto nº 4.232 de 26 de novembro de 2019, de autoria do Poder Executivo
119 Municipal, que "Dispõe sobre alteração de nomenclatura do cargo
120 comissionado que menciona e dá outras providências". (Altera nomenclatura
121 de um cargo DAS, lotado na secretaria de finanças e altera o Anexo I da Lei
122 Complementar nº 084/2005 e suas alterações). **Correspondências Internas.**
123 Portaria nº 144/2019, de 09 de dezembro de 2019, de autoria da Mesa da
124 Câmara Municipal, que "Resolve: I – A Comissão será presidida pelo vereador
125 Dr. Cleber Fabiano Ferreira, tendo como relator o vereador Murilo Valoes
126 Metello e como vogal o vereador Gustavo Nolasco Guimarães"; II – A
127 Comissão Especial para o Concurso Público Municipal, terá a duração de 60
128 dias, prorrogável uma vez por igual período. Terminada a leitura das
129 correspondências recebidas e expedidas, as mesmas permanecerão em arquivo
130 à disposição dos nobres Vereadores. Continuando, no Grande Expediente,
131 seguem em sequência, todas as falas dos Vereadores inscritos, nessa noite.
132 VER. MURILO VALOES: Primeiramente, boa noite aos demais companheiros
133 vereadores e ao presidente, Joãozinho. Presidente, sábado tivemos um evento
134 no Distrito do Vale dos Sonhos, eu quero aqui parabenizar o meu companheiro
135 Sivirino, tivemos lá presente, o vereador Joãozinho também.

136 maravilhosa, não é Sivirino. O Distrito de Vale dos Sonhos faz parte aqui do
137 município de Barra do Garças, pessoas carentes. E, lá nós vimos as instituições
138 que estiveram presentes, que não podemos deixar de falar, a Polícia Militar, a
139 Força Tática, a Aeronáutica, o Exército. E, parabenizar lá o diretor, que foi o
140 Junior, que está de parabéns. A câmara esteve presente lá também. Fizemos
141 aquela festa maravilhosa, não é Sivirino, aquele plantio que você vem fazendo,
142 resgatando as margens do Rio Matrinchã. Parabéns, viu Sivirino, pela atitude.
143 Hoje nós estamos vendo nosso país passando por esses desmatamentos. E,
144 quero aqui parabenizar o secretário Carlinhos porque ele vem fazendo um
145 trabalho maravilhoso aqui em Barra do Garças. Vem fazendo de ponta a ponta
146 aquela Avenida Amazonas, onde ele e o Agvailton estão se dedicando lá, sabe.
147 A gente vê aqueles maquinários, a prefeitura, você vai no sábado lá e o
148 Agvailton ou o Carlinhos estão lá trabalhando, estão lá se dedicando. E,
149 parabenizar também a secretária Clenia, que vem com seu desempenho aqui
150 maravilhoso também em Barra do Garças na área da saúde. A Clenia que não
151 mede esforços, tanto na UPA ou no pronto-socorro ou nessas unidades básicas,
152 onde que agora nesse final de ano essa demanda aí dos contratos tudinho, a
153 gente tem que estar, os vereadores, ajudando a Clenia nessa situação aí, por
154 causa de médicos, enfermeiros, dentistas. Todos na área de saúde. Presidente,
155 o que eu quero ver aí também é a situação que estava ocorrendo aqui em Barra
156 do Garças, de alguns andarilhos, que a ação social vem fazendo o seu trabalho.
157 E, eu estou vendo que alguns município aí em volta da cidade que começaram
158 a colocar novamente esse pessoal aqui em Barra do Garças. Recebi no meu
159 gabinete umas três, quatro denúncias. Mas, que a nossa secretaria de ação
160 social está atenta a tudo. Mas, a gente tinha que tomar algumas providências
161 porque está surgindo muito já novamente aí. Eu tive essa denúncia no meu
162 gabinete, que é município que está jogando aqui dentro. Então, a gente tem
163 que rever essa situação. E, quero também aqui parabenizar o secretário
164 Wellington Fagundes, que o senador Wellington com uma emenda de dois
165 milhões e quatrocentos mil, tivemos lá visitando, eu juntamente com o
166 Welinton Marcos, vice-prefeito, e mais o pessoal que mora lá no distrito,
167 moradores de lá. E, parabenizar ao Wellington Fagundes pela demanda do
168 escoamento que vai ocorrer lá, tanto na agricultura como na pecuária. O trem
169 lá está completamente... Miguel, o trem lá está impressionante. Quando a gente

170 subia lá era aquele trem estreitinho, na época de Dante de Oliveira. Miguel, é
171 dos dois lados. O trem já está tudo cortado já. O trem movimenta mesmo.
172 Então, eu quero aqui parabenizar o senador. Parabéns! O senador é um
173 senador que sempre se preocupou, e deputado federal, sempre se preocupou
174 com Barra do Garças ou com nossa região do Vale do Araguaia. Essas são
175 minhas falas, presidente. Muito obrigado a todos. VER. ALEX MATOS: Boa
176 noite, senhor presidente. Em nome aqui dos acadêmicos do curso de
177 jornalismo da UFMT, cumprimento a todos os presentes. Os nossos servidores
178 públicos municipais aqui representados pela Leide e os outros companheiros.
179 Primeiro, eu gostaria de congratular a criação da comissão para os últimos
180 encaminhamentos com relação ao concurso público. Nós recebemos aqui, na
181 semana passada, o secretário Mauro Piauú. E, ele veio nos explicar os detalhes,
182 que já foi feito esse estudo, daí veio a lei de criação de novos cargos para
183 ocuparem essas vagas por meio do concurso. Nós questionamos ele com
184 relação a tabela, porque não veio já uma tabela atualizada, e, segundo a
185 explicação dele, é o que é hoje os salários. Porém, nós apresentaremos aqui, na
186 noite de hoje ou quando for votar, uma emenda para que pelos menos aqueles
187 salários, que lá estão apresentados abaixo do mínimo, seja corrigido. Porque
188 nós não podemos votar, constatar esses valores abaixo do mínimo e votar
189 dessa maneira. Hoje não se paga mais aquele salário. É o mínimo
190 constitucional, e a prefeitura paga pelo menos o mínimo. Então, que já ocorra,
191 essa alteração nesse primeiro momento. Ele ainda nos disse que já foi feito um
192 estudo de impacto na folha para enquadramentos e o reajuste tabelar para o
193 próximo ano. Então, informação deles, lógico. E, nós aqui vamos acompanhar
194 todo o processo, não é Miguel. VER. MIGUELÃO: Justo, até porque na
195 Constituição Federal fala que nenhum servidor, nenhum empregado, pode
196 ganhar menos do que um salário mínimo. Então, passar isso aí aqui na câmara
197 e nós aprovarmos desse jeito é não estar aqui. É estar ausente. E, estou feliz
198 também porque tem uma emenda em todas as contratações, aonde a reunião
199 com o Mauro Piauú ficou claro que é interesse da prefeitura abrir o concurso
200 público e ser publicado a tabela até fevereiro, e até março já está rodando o
201 concurso público. E, no final de março para início de abril, está chamando esses
202 servidores que passaram no concurso público. Portanto, é gritante aqui no
203 passado, todo ano, esses oito anos aí, sete anos, nós estarmos aprovando

204 contratação de servidor. Com o concurso público aprovado vem a nova tabela,
205 aonde o salário de todo servidor do município, ele é corrigido. VER. ALEX
206 MATOS: E, terá que passar por nós aqui. VER. MIGUELÃO: A nossa
207 preocupação, ela é grande. Por que? O fundo de aposentadoria, se não tiver
208 esse concurso público, daqui quinze anos está falido. Portanto, é uma
209 responsabilidade dessa Casa. Estou feliz aí com a emenda que eu vi
210 autorizando o prefeito a contratar o ano que vem, mas até trinta e um de julho.
211 Portanto, o Mauro Piauí nos garantiu que, fazendo o concurso, vai chamar.
212 Então, nós vamos colaborar. Uma parte para vossa excelência, Dr. Cleber. VER.
213 CLEBER: Até porque uma questão para que impeça a judicialização desse
214 concurso, é necessário que haja a alteração da planilha salarial no próprio
215 edital, porque o ministério público pediu já cópia desse projeto aqui. Então, os
216 servidores públicos já se mobilizaram e o MP já pediu cópia do projeto que
217 veio para essa Casa. Então, o que nós estamos tentando aqui é tentar diminuir
218 a judicialização de tudo que passa, porque senão nós acabamos decidindo que
219 o Legislativo e o Executivo dessa cidade passa a não ter mais validade. Porque
220 tudo que nós fizemos aqui, tudo que sai do município, lá da base da mão do
221 Executivo, tiver que ser judicializado, a cidade não anda, o município fica
222 travado. Nós tivemos uma reunião aqui com o ministério público justamente
223 nesse sentido. Então, as emendas são necessárias para que fique as claras
224 justamente para impedir essa judicialização e para que o processo deste
225 concurso corra da forma mais tranquila e com toda lisura possível. Eu faço
226 parte da comissão que foi nomeada pelo presidente, junto com o vereador
227 Nolasco, junto com o vereador Murilo, justamente para a questão nesse
228 sentido, para que seja feito toda a lisura. E, como vossa excelência falou, que
229 essa tabela seja corrigida e lançada no edital, para que depois, o próximo
230 Executivo, o próximo chefe do Executivo, já tenha a responsabilidade do que
231 ele arcará na questão salarial da folha do município de Barra do Garças. VER.
232 ALEX MATOS: Inclusive, Cleber, nós temos a informação, a maioria das
233 cidades nos arredores estão pagando para o enfermeiro algo em torno de cinco
234 e oito mil reais, e a Barra está dois mil e trezentos. Não é Geni? Então, muito
235 bem pontuado. Eu fui por diversos servidores interpelado com relação a essa
236 situação. E, nós estamos querendo dar esse voto de confiança para que a tabela
237 que virá, vai ser aprovada nessa Casa, esse reajuste, que assim possa de fato

238 valorizar os servidores públicos. Essa é a nossa vontade. Por favor, o Gustavo
239 tinha pedido uma parte aqui já, Neto. VER. DR. NETO: Não, só para
240 cumprimentar e parabenizar a sua fala, o vereador Cleber. Eu concordo com a
241 fala de vocês. Boa noite Geni e o pessoal do sindicato que está aqui presente.
242 Eu estou entrando com uma indicação aqui sobre o valor do piso salarial
243 profissional dos agentes comunitários de saúde ou ACS e dos agentes
244 comunitários de combate a endemias, os ACE. Então, teve o reajuste em
245 agosto, dia 14 de agosto de 2018, que altera o valor. E, todo ano a gente tem
246 que votar aqui autorizando a pagar esse valor. Então, estou entrando com essa
247 indicação e peço apoio dos vereadores para que a gente possa conversar com
248 o prefeito, para que o João mande o projeto aqui pra gente aprovar, para que
249 no próximo ano eles já possam receber o valor que lhe é correto. Então, só para
250 deixar registrado aqui. E, agradeço a vocês por nos municiar com esse material.
251 Muito obrigado e uma boa noite a todos. VER. GUSTAVO NOLASCO: Eu sou
252 à favor do concurso, mas tem algumas coisas que eu não entendo, que é a
253 questão: por que já não faz antes? Assim que aprovar a gente manda o reajuste.
254 Não. Eu acredito que antes de ser lançado o concurso público tem que haver o
255 reajuste. Assim como eu já havia falando, eu acredito que, para ser feito esse
256 concurso público, tem que ser feito primeiro o reajuste para quem já está lá,
257 porque a gente vê muita politicagem. Por quê que não fez isso antes? O prefeito
258 teve aí, está tendo quase oito anos para ter feito isso aí, não fez. Agora eu estou
259 vendo o concurso público ser feito às pressas, a criação de um monte de cargos.
260 Infelizmente, hoje você chega na prefeitura, você chega numa secretaria tal, no
261 papel é muito bonito, tem lá o secretário, o fulano de tal, do encarregado disso,
262 daquilo... Aí você chega na secretaria, o cara que era para ser o cargo X, está
263 lotado na secretaria Y, e vira esse desvio de função, e a coisa pública não anda.
264 Tem que ser feito essa reforma administrativa primeiro. Primeiro essa reforma
265 administrativa. Já demorou tanto para fazer o concurso. Agora, por causa da
266 corrida eleitoral do ano que vem, quer fazer o troço às pressas. Isso não pode
267 ser feito assim. Não pode. É tão feito às pressas que na tabela está abaixo de
268 salário mínimo, tem cargo. Isso é coisa feita às pressas ou feita com tempo? Isso
269 é coisa feita às pressas, mal feito. No cargo lá de bucomaxilo, está lá médico
270 bucomaxilo. É dentista. Nem a função direito os caras colocou. Cadê a
271 responsabilidade. Não está tendo responsabilidade o suficiente para essa

272 questão. Nós vereadores aqui estamos trabalhando. E, todos, estou aqui há
273 quase três anos, e há quase três anos todos, sem exceção, cobra do Executivo a
274 criação do concurso público. Essa Casa, esses quinze vereadores que estão
275 aqui, todos, cobraram todos os dias do seu mandato, do Executivo, a criação
276 do concurso público. E, pela resistência do Executivo de não querer fazer o
277 concurso público, porque lá está lotado das suas indicações políticas, quer
278 fazer agora às pressas no final do mandato. Porque para ele não servia as
279 pessoas capacitadas tecnicamente, que vão passar no concurso, para trabalhar
280 na prefeitura. E, isso aconteceu, e isso está acontecendo. Esse concurso, em
281 muitas coisas, está sendo de maneira irresponsável, fazendo o concurso para
282 depois dar o reajuste. Agora eu me pergunto, o funcionário que está lá há uma
283 vida sem reajuste, os agentes de saúde, de endemias, é uma luta todo dia. Eu
284 tenho vários que me apoiaram na minha eleição. A única coisa que os caras me
285 cobra: reajuste, reajuste. Eu e o Zé Gota, durante esse mandato, junto com o na
286 época deputado estadual Leonardo, criou a lei para poder dar o reajuste.
287 Gente, a maior briga do mundo. Os caras não queriam dar. Agora, está fazendo
288 o concurso para depois dar o reajuste? Não concordo e não acredito. Acredito
289 primeiro, reajuste em primeiro lugar; concurso em segundo. Não podemos
290 deixar desamparado quem dedicou há uma vida para o serviço público no
291 nosso município. Tem gente que dedicou uma vida para servir aos munícipes
292 dessa cidade e precisam ser reconhecidos. E, dessa maneira, com essa
293 politicagem barata, esse troço mal feito que está sendo feito, mal elaborado.
294 Pode falar o que quiser, a minha opinião, está sendo mal elaborado. Não pode
295 ser desse jeito. Temos que acertar primeiro o reajuste para quem está lá, para
296 depois organizar o concurso da maneira correta. Muito obrigado. VER.
297 SIVIRINO: Boa noite, Dr. João, no teu nome cumprimento os demais
298 vereadores desta Casa, e boa noite a todos aqui presentes. Eu só pedi a palavra
299 para parabenizar o Distrito do Vale dos Sonhos por seu aniversário ontem,
300 antes de ontem, melhor dizendo, sábado. Uma festa bonita e que nos alegra
301 muito porque estamos começando a voltar os olhos para alguns pontos da
302 nossa região, da nossa cidade, que ao longo do tempo ficou meio que à
303 margem. Então, ontem, foi bonito ver naquele distrito pessoas da sociedade
304 organizada preocupada com uma série de fatores. Isso é bom. E, também hoje
305 lembrando que amanhã, dia 10, nós teremos a audiência pública do conselho

306 Barra-Previ. É o Conselho Curador e Fiscal do Barra-Previ. Amanhã terá sua
307 audiência pública e a gente convida a todos que estejam presentes aqui
308 amanhã, às 19h. É de suma importância essa audiência pública, aonde vai ser
309 apresentado dados, discutir a situação do Barra-Previ. Acredito, acredito não,
310 tenho certeza que esse tão esperado concurso público venha mediar alguns
311 problemas que a gente poderá ter no futuro como servidor público do
312 município. Então, todos estão convidados. É de suma importância a presença
313 de todos. Obrigado, Dr. João. VER. CLEBER: Senhor presidente, meus colegas
314 de plenário, parabenizar e dar boa noite aos servidores municipais aqui
315 presentes. Parabéns por vocês estarem aqui. Senhor presidente, eu tenho duas
316 situações. Eu não vou falar mais em concurso porque todos já sabem a minha
317 opinião. Sou à favor do concurso, estamos lutando por isso há muito tempo,
318 desde a época que fizemos o fórum dos servidores. Então, há muito tempo nós
319 estamos lutando, e me parece que o ano que vem vai sair. Então, estamos
320 apenas aparando as arestas para que esse concurso seja feito da melhor forma.
321 Segunda situação, senhor presidente. Eu recebi hoje uma resolução que veio
322 plainada pra mim. Uma resolução do conselho nacional que aboli, retira as
323 licenças, a obrigatoriedade de licenças de vários segmentos e
324 empreendimentos dos municípios brasileiros. E, depois eu quero juntar, foi me
325 enviado pelo pessoal da arquitetura e engenharia, pessoal que sempre trabalha
326 com essas questões de alvará, e depois eu quero passar à mesa para que a gente
327 peça para que seja anexada essa lei federal no plano diretor do município. E,
328 em terceiro plano, eu queria apenas esclarecer uma situação que fui
329 interpelado essa semana. Essa semana eu fui interpelado por um amigo
330 dizendo que o presidente da república tirou quinhentos milhões da saúde e
331 transferiu esses quinhentos milhões para o fundo partidário. E, eu fui
332 escrachado de forma bastante sutil por esse amigo, e eu quero deixar bem
333 claro: eu sou contra, inclusive o fundo partidário; eu sou contra qualquer tipo
334 de ajuda financeira para qualquer político que seja; eu sou contra o uso de
335 qualquer dinheiro que seja para qualquer política. Sou contra. Quer ser
336 candidato? Coloca um crachá e vai para a rua pedir voto. Eu estou cansado já
337 de ouvir essa situação, de falar assim: você vai ser candidato a prefeito,
338 vereador, governador, a deputado? E, perguntar assim: você tem dinheiro?
339 Não, não tenho. Então, você não ganha. Esse inferno desse país, essa miséria

340 dessa nação que vivemos, é por causa disso. Eu estou me lixando para fundo
341 partidário. Sabe por que? É porque não chega aqui. Eu quero que um vereador
342 levante a mão e fale quem é que um dia na vida, Miguel... Você que foi
343 vereador por seis mandatos, que dia você pôs a mão num fundo partidário?
344 Nunca! Peça pra quem foi candidato a prefeito, que dia que pôs a mão no
345 fundo partidário? Nunca! Fica lá na mão dos mesmos que estão lá no
346 Congresso. E, a culpa é de quem? Minha? É! A culpa é minha. O pior é que é,
347 porque eu sou eleitor. Eu voto. A culpa é minha. A culpa é sua, Paulo Raye. A
348 culpa é do Celson. A culpa é de todo mundo, porque está todo mundo lá de
349 novo, voltou todo mundo. E, eles organizam fundo partidário, desvia dinheiro
350 de saúde, educação, de onde eles quiserem, e põe lá no fundo partidário, e
351 muda a lei eleitoral. Agora pode esperar, finalzinho do ano para início do ano
352 começa a mudar a lei eleitoral, de novo, para organizar. E, é assim. É por isso
353 que, as vezes, eu tenho vontade de chutar o pau da barraca e sair do meu
354 estado normal, os meus alunos sabem como é que é, e, as vezes, chutar o pau
355 da barraca e falar: oh, tem que ir mesmo para o pau esse trem; tem que tocar o
356 f*** mesmo de vez em quando. Porque não muda. Está do jeito que está desde
357 que ano? Desde 1500. É pouco tempo, desde 1500, e não muda. E, sabe por que
358 não muda? Porque nós somos incompetentes. Não sabemos escolher. Está todo
359 mundo lá de novo. E, não chega aqui não, viu. Eu só queria desabafar. Eu
360 nunca pus a mão em dinheiro de fundo partidário. E, tenha certeza, ninguém
361 aqui jamais vai pôr. VER. MIGUELÃO: Senhor presidente, demais colegas e
362 público aqui presente, eu quero discorrer aqui sobre o concurso público. Oh,
363 Cleber, tem quantos anos que nós estamos cobrando concurso público nessa
364 Casa de Leis? Tem três anos cobrando esse concurso, colocando o dedo sobre
365 as contratações porque, se não tiver o concurso público, daqui quinze anos o
366 sistema de aposentadoria está falido. Quem é servidor público sabe disso, que
367 não vai ter dinheiro para pagar os aposentados. Então, essa Casa de Leis tem
368 três anos brigando nesse concurso público. E, chegou agora esse projeto de lei
369 aonde está se falando em novecentos e noventa e três vagas para o concurso
370 público. A câmara hoje vai votar, a criação de quinhentos e noventa vagas.
371 Juntando com as outras vagas que tem, dá novecentos e noventa e três vagas.
372 No passado, eu era presidente dessa Casa de Leis, então nós colocamos dois
373 servidores lá no fundo de aposentadoria, quando o ex-prefeito fez aquele

374 desvio de verba lá, que foi uma vergonha para a nossa cidade ter um prefeito
375 que faz o que fez com o dinheiro do servidor. Então, para ajudar na
376 fiscalização, nós colocamos lá dois servidores indicados na época: o Dr. Heros,
377 que é o nosso jurídico aqui; e a Edina. E, portanto, esses dois servidores tem
378 incomodado lá bastante. Tem incomodado em cima do que é certo. E, na época,
379 a gente deu total apoio. E, o atual presidente, o Dr. Joãozinho, está dando o
380 mesmo apoio. Por que? Eu não tenho nenhum parente funcionário da
381 prefeitura e nem da câmara. Nunca tive. Mas, eu tenho diversos amigos que
382 dependem disso aqui no final de sua vida. Portanto, esse concurso público, que
383 nós estamos aprovando aqui, é uma luta dessa Casa de Leis. E, não é de um
384 vereador só não, é de todos porque todos os vereadores estão à favor. Portanto,
385 me desculpa o Nolasco, porque ele não está aqui, ele falando assim que não
386 entende porque a rapidez desse concurso. Se, tem mais de três anos que nós
387 estamos brigando nele. E, ele não entende que, corrigindo a tabela, vai corrigir
388 o salário de tudo quanto é servidor. Então, eu vim falar aqui, senhor
389 presidente, é porque eu discordo da palavra do meu amigo Nolasco. Obrigado.
390 SR. PRESIDENTE: Não entendi, Miguel. Só me sana uma dúvida. Você está
391 dizendo que você discorda da possibilidade de alterar... VER. MIGUELÃO:
392 Não! Das palavras do vereador Nolasco falando que não entendeu o concurso,
393 sendo que, corrigindo a tabela, sobe o salário de todo o servidor. Só que nós
394 temos três anos aqui brigando nesse concurso, e não é só o Miguelão não, é
395 todos os vereadores, vai na tribuna e fala sobre o concurso. Agora, o vereador
396 Nolasco vim falar que é de afogadilho. Não é! Isso aí é uma luta dessa Casa de
397 Leis, que nós estamos vendo essa luta sendo colhida agora, viu Nolasco. Eu
398 falei, ainda citei seu nome, que é uma pena que vossa excelência não estava
399 aqui no momento. Mas, o senhor pegou e entendeu o que eu falei. Está contigo
400 a palavra. VER. GUSTAVO NOLASCO: Compreendo tudo que vossa
401 excelência falou. Uma coisa que vossa excelência bateu na tecla, algo que eu
402 falei várias vezes repetidamente. Todos os quinze vereadores dessa Casa,
403 desde o ano que a gente sentou aqui, em 2017, que iniciou-se esse mandato que
404 eu participo, todos, sem exceção, durante todos os dias do seu mandato,
405 sempre cobraram o concurso público. O que me chateia parte da forma como
406 está sendo feito o concurso, minha opinião. E, que o reajuste salarial e algo que
407 tinha que ter sido feito e elaborado lá atrás. Tem que ser feito o mais rápido

408 possível o reajuste, para assim dar o pontapé para o concurso. Foi isso que eu
409 falei naquela tribuna. Entendeu? VER. MIGUELÃO: Entendido! Mas, o que
410 sempre nós estamos falando é o seguinte: por exemplo, a contratação, às vezes,
411 o contratado ganha mais do que o servidor que está lá concursado. Aí pega,
412 não teve outros concursos públicos para reajustar as tabelas. Então, com esse
413 concurso que vai ter agora, vai reajustar as tabelas e todo servidor vai poder
414 ganhar mais e fazer uma equiparação dentro do município. Então, por que nós
415 estávamos brigando desde o início? A presidente do SINTEP já usou da
416 palavra aqui falando dessas mesmas coisas, o sindicato, portanto, nós estamos
417 falando a mesma coisa há três anos atrás. Agora, a conquista aqui é de todos.
418 VER. GUSTAVO NOLASCO: Muito obrigado. Respeito sua opinião. Boa noite.
419 SR. PRESIDENTE: Não havendo mais inscritos... Só Miguel, acho que você fez
420 uma menção sobre o Barra-Previ, não é? Você fez uma menção ali. Dizer que,
421 realmente seguindo a linha do que você já fazia, a partir do momento em que
422 eu assumi a presidência, nós buscamos tudo aquilo que nos era possível,
423 lógico, algumas coisas não são, incentivar a atuação do Barra-Previ. Tanto, que
424 nós fomos questionados junto ao tribunal de contas porque nós, câmara,
425 havíamos subsidiado viagem de conselheiro do Barra-Previ para outro
426 município, outro Estado da federação. E, segundo esse questionamento, essa
427 era uma conduta ilegal. Nós dissemos que é uma compreensão equivocada de
428 quem estava fazendo essa denúncia, porque a qualificação do servidor do
429 Barra-Previ, do conselheiro, é de nosso interesse, e, sobretudo, quando esse
430 conselheiro é também servidor da câmara. Porque as questões atinentes ao
431 Barra-Previ, sobretudo as questões da aplicação dos valores, ela é das mais
432 complexas. É uma matéria que a regulamentação se dá muito em nível de
433 ministério, portanto, de resoluções que não é do conhecimento de todos. É de
434 uma maior complexidade técnica. Então, nós dissemos que não, que nós
435 víamos sim a necessidade de termos na Casa, inclusive, pessoas que
436 detivessem esse tipo de informação. Então, só para ratificar a informação que
437 vossa excelência deu. E, além disso, tem o Svirino que hoje nos representa no
438 conselho. E, que é próprio dessa Casa a preocupação dos valores. Uma coisa
439 que é preciso que alguns conselheiros entendam, e algumas pessoas também,
440 vou aproveitar essa oportunidade e dizer. Essa semana, eu fui questionado
441 porque há um conselho aqui e houve um questionamento dizendo: olha, é uma

442 pena que todos os vereadores não estejam aqui. Ora, mas o conselho é
443 integrado por um representante da câmara, e nós temos diversas atribuições.
444 Todos sabem aqui, há muitos conselhos, há muitas atribuições próprias da
445 função. E, é impossível, evidentemente, estar em todos os lugares a todo
446 tempo. Só queria fazer esse registro, Miguel, para não validar, mas fazer
447 ressonância a sua fala do nosso compromisso com a atuação do conselho e dos
448 conselheiros e de tudo aquilo que diz respeito a questão do servidor público.
449 Quero dizer aqui, trazer a memória desta Casa, e fazer uma provocação de
450 tudo aquilo que foi dito. Se a câmara está disposta mesmo a amparar o servidor
451 público, vou dizer para vossas excelências que todo ano é repassado um valor
452 para essa Casa, por que nós não aproveitamos toda nossa indisposição com o
453 sistema e fazemos uma emenda dividindo a metade desse valor? Nós
454 contribuiremos substancialmente para a questão do servidor público. Vamos
455 dividir o repasse. Ao invés, autorizar a prefeitura repassar só metade do que
456 ela passa para essa Casa. Vamos pensar em diminuir o número de vereadores
457 para onze. Porque essas são questões que aí sim realmente essa Casa estará
458 dando contribuição devida. Porque daí nós vamos falar assim: não... nós
459 vamos cortar na carne, porque aí todo mundo vai para o jogo da reeleição
460 sabendo que é só onze. Ninguém pode alegar que não sabia. Aí, todo mundo
461 vai saber que não vai dar para ter determinados serviços que nós temos à
462 disposição porque não vai ter dinheiro suficiente, e é justo que não tenha. Cada
463 um como disse o Cleber ali, que se vire: quem pariu Inês, que se balance. Então,
464 nós podemos aproveitar a indignação e fazer o dever de casa. Propor a
465 diminuição do repasse do município para esta Casa, isso é possível alterando
466 a lei orgânica do município, porque aí sim nós estaremos dando um grande
467 exemplo, ao contrário do que acontece nos vários poderes do Brasil, nas várias
468 assembleias, câmaras, no senado, no poder judiciário. Porque como já diz o
469 adágio popular, excelências: um belo discurso convence milhares, um bom
470 exemplo convence milhões. Essa é uma bandeira minha, viu excelência. VER.
471 PAULO RAYE: Miguel, só um minutinho. Acredito na melhor das intenções
472 do senhor quando proferiu sua palavra. Mas, o senhor está sabendo de
473 antemão que não é possível você reduzir o repasse da prefeitura para esta
474 Casa, porque você está indo contra a Constituição, porque a Constituição
475 manda que seja repassado o duodécimo do orçamento para essa Casa.

476 Podemos sim, vendo a segunda parte da sua fala, votar para a diminuição do
477 número de vereadores, que aí sim seria a diminuição do repasse com a
478 diminuição do número de vereadores. Mas, não a diminuição. Quinze; você
479 pediu: não, nós não queremos receber o duodécimo, queremos receber menos.
480 Estaria sendo inconstitucional. SR. PRESIDENTE: É um equívoco de vossa
481 excelência. O que a Constituição diz, garante, é que seja repassado... VER.
482 PAULO RAYE: Um doze avos. SR. PRESIDENTE: Não. Não é um doze avos.
483 A questão é o percentual que é repassado. A Constituição manda repassar um
484 doze avos. Quer dizer, um doze avos mensal. São doze mensalidades, é isso
485 que a Constituição garante, que serão repassados doze mensalidades mensal.
486 Mas, a Constituição diz que o percentual, ela não estabelece um mínimo. Ela
487 não estabelece o máximo. Ela diz assim: olha, até isso. E aí, esse até, é uma
488 expressão que diz que você pode chegar até ali, mas não necessariamente até
489 ali. Esse é o exemplo que todos os poderes deveriam dar nesse país. Por que?
490 O quê que vocês imaginam que permite que se pague salários absurdos que se
491 paga ao judiciário? O repasse. Por que? Porque a legislação diz que, se o poder
492 ou se o ente não gastar esse repasse, ele tem que voltar para o poder central. E,
493 aí, todo mundo faz questão de não voltar, excelências, seja o judiciário, o
494 ministério público, as câmaras de vereadores, o legislativo, o tribunal de
495 contas. Todo mundo faz questão de fazer farra com o dinheiro público,
496 amarrados nos saís do duodécimo. E, isso aí são aquelas questões que a gente
497 precisa tratar no país. Todo mundo vem de um discurso de que basta acabar
498 com a corrupção para se ajeitar esse país. É preciso sim acabar com a corrupção.
499 Mas, se não corrigir essas distorções, o país não dá conta. Porque é esses entes
500 e essas instituições, se assenhoram legalmente do patrimônio da nação. Eu
501 acho muito bonito, às vezes, alguém lá do seu gabinete, dar um despacho
502 mandando dar um remédio, recebendo quinhentos mil de diferença de um
503 salário que recebe todo mês. Eu acho muito bonito o sujeito que recebe salário
504 paletó, recebe salário livro, com tudo isso, recebe salário moradia, e dizer que
505 está inconformado com a situação desse país. Mama na teta, gordo, entendeu?
506 E aí, não sabe daquela história que é três dedos apontando pra lá e um para cá.
507 Então, todas essas questões nós precisamos travar mesmo, se nós quisermos
508 não só uma Barra do Garças, mas um país que realmente corrija os seus
509 desmandos. Porque é impossível sustentar uma elite baseada no conhecimento

510 em concurso público nesse país, e está aí os tribunais de contas, inclusive do
511 Mato Grosso, não tem problema, vão analisar minhas contas daqui uns dias,
512 não tem problema dizer isso, se quiser reprovar, não tem problema, mas é
513 preciso que tenha coragem para dizer: mamam gordo na teta do dinheiro
514 público; constroem castelos, palácios; tem servidores, motoristas, que ganham
515 vinte mil reais, dezoito mil reais, fazem farra com o dinheiro do povo. Então,
516 por isso, que esse discurso tem que ser muito mais do que discurso. Por isso é
517 que nós, essa camarazinha aqui do interior, desse rincão do país, pode começar
518 a dar o exemplo, senhores. Se vocês quiserem mesmo corrigir a situação do
519 servidor público, vamos fazer isso. Eu topo. Vamos mudar a regra do jogo.
520 Vamos diminuir a despesa. Vamos aprender a viver com meia dúzia de luz.
521 Vamos tirar um pouco dos nossos confortos e daquilo que a gente tem, para
522 que a gente possa construir um município melhor. Se quiser, vamos todos
523 juntos. É um convite. VER. MIGUELÃO: Senhor presidente, eu concordo com
524 as suas palavras. Portanto, eu me ofereço para assinar junto com vossa
525 excelência para a gente reduzir o número de vereadores pelo o que era antes.
526 Era dez. Não precisa de onze. Era dez. E, pelo o que eu estou escutando aqui
527 dentro dessa Casa de Leis, eu acho que tem mais de cinco vereadores que não
528 é candidato a reeleição. Aí pronto, vamos arredondar nos dez, que eu acho que
529 não precisa de quinze. Eu acho que nove vereadores toca essa Casa de Leis.
530 SR. PRESIDENTE: Tem que ser onze pelo menos porque tem que ser um
531 número ímpar. VER. MIGUELÃO: Mas, eu gostaria, senhor presidente, de ler
532 uma mensagem que eu recebi aqui da presidente do sindicato de saúde: "Tem
533 que ser feito reajuste salarial dos servidores efetivos para fazer o concurso e
534 não estão fazendo. Os salários estão defasados. Então, não tem garantia de que
535 será feito. Digo em relação ao concurso anterior, que servidores do mesmo
536 cargo ficaram recebendo valores diferentes". Isso aí, é a mensagem da nossa
537 presidente. VER. PAULO RAYE: Olha, o problema é o seguinte: o número de
538 vereadores é dado pelo número de habitantes. Não basta a gente querer:
539 vamos baixar, vamos subir. Não é assim não! Não, Miguel! SR. PRESIDENTE:
540 Só um minutinho. VER. GUSTAVO NOLASCO: O número de vereadores é
541 calculado pelo número de habitantes. Mas, cabe ao município autorizar ou não
542 a usar o número máximo. SR. PRESIDENTE: Resolução da câmara de
543 vereadores. Aliás, mentira. Não é resolução. VER. GUSTAVO NOLASCO: Por

544 exemplo, essa Casa era para onze. A Casa, no passado, subiu para quinze e
545 teve que alugar o anexo porque essa estrutura foi feita... Mas, a câmara que
546 tem que autorizar. E, a mesma câmara que autorizou a ter mais, pode autorizar
547 a ter menos. VER. PAULO RAYE: Só um minutinho, Nolasco. Vamos voltar a
548 conversa com quem está por dentro aqui, oh. VER. GUSTAVO NOLASCO: A
549 gente pode autorizar a diminuir os cargos aqui dentro. VER. PAULO RAYE:
550 Deixa eu voltar a conversa aqui de quem está por dentro. Joãozinho. SR.
551 PRESIDENTE: Excelência, eu vou lhe devolver a palavra, vou interpretar como
552 uma questão de ordem, só para a gente pôr ordem no debate, para que eu
553 possa responder a vossa excelência. Pode ser? VER. PAULO RAYE: Então,
554 vamos lá. Aqui, quando começa se discutir, porque para começar essa
555 conversa fugiu do tema. Apareceu do nada essa conversa. Vamos reduzir
556 salário de vereador, vamos baixar porque nós somos o culpado do município
557 estar no buraco. Se vereador ganha menos, se baixar o número de vereador,
558 nós vamos estar salvando a pátria. Concordo. Eu concordo até, se você chegar
559 agora e me dá um papel aí, me dá um papel aí, isso não é demagogia não; me
560 dá um papel aí, e vamos assinar todo mundo abdicando ao salário. Eu assino
561 aqui agora. Passa um papel pra mim. Todo mundo aqui abdicando ao salário.
562 Vamos fazer isso. Aí vão falar: ah, mas você é médico, você pode. Lógico, eu
563 posso fazer isso. Talvez o Garrincha não possa. Talvez o Nolasco. O Nolasco
564 pode... mãe rica. Talvez outro aí não possa. Entendeu? Então, eu não usaria
565 esse tipo de argumento. Agora, eu acho que tinha que sentar e conversar:
566 vamos reduzir o número de vereadores, ver se a lei permite? Vamos. Eu
567 concordo. Assino também. Agora, diminuir o duodécimo, eu acho que nós
568 vamos prejudicar a Casa no seu trabalho, porque o duodécimo, um doze avos,
569 é lei. E, não existe o até, Joãozinho. Um doze avos é lei. Eu fui prefeito. E, o
570 prefeito que não passar um doze avos para a câmara municipal, ele é cassado.
571 SR. PRESIDENTE: Pois não, terminou? VER. PAULO RAYE: Não... De resto,
572 eu não quero debater mais não, pelo amor de Deus. Eu vou sentar no meu
573 canto lá. SR. PRESIDENTE: Não, excelência, o debate é salutar. E, assim, a
574 divergência, ela é normal desde que nós o façamos com respeito. As ideias tem
575 que ser respeitadas. Cada um tem a sua opinião. Mas, primeiro, só para
576 responder a indagação do Dr. Paulo, eu quero dizer que ambas as situações,
577 reduzir o número de vereadores é possível porque o que a Constituição



578 estabelece também no número de vereadores, assim como o de... são os limites
579 máximos. Ela diz assim: a câmara de vereadores terá no mínimo nove
580 vereadores. Esse é o mínimo. Aí, tanto a tanto, município, até onze. Ela diz até;
581 não significa que você precisa ter esse número. E, para mudar, o que nós
582 teríamos que fazer? Nós teríamos que alterar a lei orgânica do município
583 primeiro, porque a nossa lei organiza diz que são quinze. O próprio regimento
584 interno dessa Casa, isso. Então, essa questão estaria definida. E, há uma
585 interpretação equivocada de vossa excelência. Eu não estou dizendo... Porque
586 o que a lei assegura quando eu falo assim, o senhor fala assim: um doze avos.
587 Está dizendo que é uma parte de doze. Todo mês, o município é responsável
588 para repassar essa parte do município. Isso não tem a menor dúvida. O que
589 nós estamos dizendo é: quanto será esse um doze avos. Porque nós estamos
590 dizendo que ele é calculado sobre um valor percentual. Então, o nosso
591 percentual é um. E, o que eu estou dizendo é para que nós diminuíssemos esse
592 percentual. E, só para finalizar, meu querido doutor e amigo, talvez para
593 alguns essa seja uma discussão que surgiu agora, para mim não. Essa é uma
594 preocupação que eu tenho e as pessoas com quem eu converso
595 reservadamente... Hoje ainda, eu estive com o diretor da rádio e eu dizia isso
596 pra ele. Olha, se a gente não fizer isso, o país não se conserta. Se nós não
597 fizermos isso, se nós não revertermos essa ordem que foi... O senhor já foi
598 prefeito. O governador do Estado de Mato Grosso, esses dias, tentou comprar
599 essa briga. Juntou o tribunal de contas; juntou o tribunal de justiça; juntou o
600 ministério público; juntaram todos os entes e instituições e falaram: "aqui não,
601 neném. Esse pedaço do bolo aqui é nosso. Aqui você não põe a mão". E, aí,
602 chega final do mês, o Estado arrecada e tem que entregar essa fatia para cada
603 um desses, e aí falta dinheiro para a saúde, falta dinheiro para a educação, falta
604 dinheiro para todas as temáticas. E, muitos desses membros desses poderes,
605 dessas outras instituições, ficam aí dizendo: ah, o governador, o governador.
606 Mas, ninguém dá nem um pedacinho do seu bolo. Quem acompanha a política,
607 viu agora recentemente, o governador tentando enfrentar essa questão dos
608 duodécimos, e sabe que essa é uma matéria das mais espinhosas. Por que?
609 Porque no fundo, a maioria dessas instituições só tem, como diz o adágio
610 popular, só tem "gogó", mas na hora de cortar na carne para devolver para o
611 povo o que é do povo, ninguém. VER. JULIO CESAR: Me permite uma parte?

612 Presidente, questão de ordem. O que o vereador e presidente disse muito bem,
613 vossa excelência tocou na ferida. Geralmente, até o ministério público, ele
614 notifica as Câmaras por ter uma verba indenizatória, mas eles esquecem como
615 o vereador presidente disse muito bem, que eles tem auxílio-paletó, auxílio-
616 escola, auxílio-moradia. Eles tem vários auxílios. Como você disse muito bem,
617 aponta com o dedo e esquece o que ele deveria fazer; como o judiciário de uma
618 forma geral e vários poderes. Tem vários deputados estaduais, inclusive
619 vereadores, que a gente vê a questão: Ah... eu vou devolver o meu salário. Ali,
620 não está tendo economia - para deixar bem claro para a população - não está
621 tendo a economia porque está voltando para a câmara ou para a câmara de
622 vereadores ou à assembleia legislativa. Então, não está tendo economia. A
623 única forma de economizar foi como o presidente disse muito bem, é
624 devolvendo o duodécimo do repasse para o Executivo, para investir na saúde,
625 na educação, no funcionalismo público. Porque essa história de falar que o
626 vereador ou deputado estadual ou federal ou senador vai devolver, ele vai
627 devolver para quem? Vai devolver para a Casa. A Casa vai investir em outra
628 coisa que não é a população. Então, a única forma que temos é cortar pela
629 metade e uma das formas de cortar pela metade é reduzir a quantidade de
630 vereadores, reduzir a máquina e a gente dar o exemplo para a comunidade.
631 Então, muito bem pela fala de vossa excelência. VER. SIVIRINO: Doutor João,
632 eu concordo em número, gênero e grau o que o senhor colocou aí. Eu assino a
633 redução também sem medo de ser feliz. Até porque isso aqui, eu não vejo como
634 profissão. Está entendendo? Porém, uma coisa é fato: nós temos que criar
635 mecanismos, que aqueles que ficam aqui, fiscalize o todo. Isso aqui é a casa da
636 fiscalização. Não adianta reduzir o número de vereadores, reduzir salário e
637 isso e deixar o trem andar de qualquer forma. Não estou dizendo que é o caso
638 dessa Casa. Vocês estão entendendo? Mas, que em outras situações que a gente
639 viu, que a gente vê, a nível de país, a nível de governo... está entendendo?
640 Vamos reduzir; reduz aqui; não vem o dinheiro para cá e o dinheiro não chega
641 na população. O que eu não consigo entender nesse país... um exemplo
642 clássico: vamos pegar aqui, Sinval Barbosa. Não que eu defendo, eu acho que
643 ele tem que estar aonde ele está mesmo. Roubou, roubou, roubou; foi para a
644 cadeia; está preso; saiu com tornozeleira, isso e aquilo e pagava em dias, RGA,
645 pagava recomposição salarial, isso e isso, e tinha dinheiro para fazer. Daí para

646 cá, se cortou todos esses gastos, não tem mais roubo e vem enfrentando uma
647 dificuldade imensa no estado. Aí, falam: é porque deixou um rombo, que
648 deixou isso... Esse rombo não acaba nunca? Aí, quando se passa cinco ou seis
649 anos, descobre novamente um outro buraco de um outro rombo que acabou
650 em um outro canto. Como o Dr. Cleber acabou de colocar aqui: esse país parece
651 que não tem conserto. É quinhentos anos tampando buraco e outro abrindo em
652 outro canto, com a outra cara, com a outra máscara. Virou mania de hoje em
653 dia, fazer vídeo, gravar isso. Ótimo! Ok! Eu vejo um deputado de Minas, que
654 para mim é mais sandice do que ajudar, destratar instituições públicas,
655 destratar colegas que trabalha com ele e não apresenta solução nenhuma. Só
656 desagrega. Eu acho que essa discussão aqui é saudável. É salutar. É o momento
657 de nós trazermos para dentro dessa Casa, essas discussões. Discussões como
658 foi hoje aqui embaixo com a AGER, que deveria estar todos lá para discutir
659 isso porque por lá passa situações que nós aqui não temos condições de
660 fiscalizar porque é muita coisa. São processos e processos, por isso que se cria
661 essas agências, Miguelão, e às vezes, nós ficamos aí, preocupados com coisas
662 que quando a gente vê, já ferrou todo mundo. Inclusive, nós fica assim: Poxa
663 vida, mas eu paguei de babaca numa situação dessa. Então assim, essa
664 discussão é válida. Acho que ela não tem que parar por aqui. Ela tem que ser
665 constante ao longo dos anos. Dos quatro anos de vereador, Neto, tem que
666 chamar para a discussão. Aí sim, nós teremos uma Casa da forma que a gente
667 gostaria. Assino com o senhor a redução de vereadores, desde que... desde que
668 não, eu assino de qualquer forma, mas aqui quem estiver o ano que vem aqui,
669 que faça esse papel valer; esse trem andar. Está certo? E, eu queria vir aqui
670 também Heros, no teu nome, já fazer uma fala também, aproveitar, que eu acho
671 que vai vim um projeto nesse sentido e eu voto favorável; nós temos que criar
672 uma situação para que o nosso Barra-Previ tenha condições de trabalho. Nós
673 temos que levantar essa questão, viu doutor João. SR. PRESIDENTE: Sivirino,
674 só vou dar todas as falas a conotação de questionamento, para que eu possa
675 responder. Essas coisas, elas são da maior relevância. Está na hora de nós
676 encamparmos e a gente pode fazer isso com muita responsabilidade das
677 tratativas. Eu tenho números. Se essas duas... eu já pedi incessantemente a
678 quem compete dentro da prefeitura, para que me apresente os números, e
679 mesmo ao sindicato. Os sindicatos que estão aí me ouvindo, alguns eu já pedi.

680 Eu falei assim: Quanto que dá de impacto na folha, a sua revisão salarial?
681 Ninguém sabe dizer ao certo, nem mesmo os sindicatos. É preciso dar a mão à
682 palmatória e dizer; nem o sindicato sabe dizer assim: tanto! Mas, eu tenho os
683 números, eu falei isso lá no final de semana, eu comentava isso lá com os
684 meninos no campo - belo lugar para se falar disso - e, eu creio que com mais
685 ou menos três milhões e meio por ano, ao longo de quatro anos, essa economia,
686 nós consigamos colocar quase que 100% em dia, a questão salarial do servidor
687 público. E, eu vou dizer para vocês: eu tenho o número, senhores; com essas
688 ações, só esta Casa chega a 80% desse valor. Se vocês toparem... isso é muito
689 sério. É um compromisso e aqui ó: Lembrando que nós estamos falando ao
690 vivo para a cidade inteira. É um compromisso dessa Casa, se vocês toparem,
691 na semana que vem, nós fazemos as propostas da Resolução. Mas, a proposta
692 de resolução tem que ter justificativa legal né. Não daria... fazemos a proposta
693 da resolução, a mudança da Lei Orgânica do município, reduzindo o valor do
694 número de vereadores para 11 e o percentual de repasse para essa Casa, a
695 partir do próximo mandato para que ninguém possa dizer que tem
696 compromisso e que não pode ajustar. Pronto! Aí sim, nós vamos para o prefeito
697 e falar: prefeito... não é o Roberto. Sejamos sinceros porque isso é só para o
698 próximo ano. Mas, para quem for comandar a Casa dizer: Olha, servidor, nós,
699 a Câmara, por ação de quem estava ali, está economizando 4 milhões/3 milhões
700 por ano para o município. Vai lá, põe o pé na canela do prefeito, põe a faca no
701 pescoço, que ele está economizando esse dinheiro e ele pode tranquilamente
702 repassar ou fazer os reajustes na questão salarial do servidor. Estou dizendo
703 isso porque nada garante que na próxima legislatura seremos nós. Então, eu
704 não sei se quem de nós vai estar aqui para fazer isso, mas o servidor certamente
705 terá argumento para dizer: não! Nós sabemos que o senhor está gastando
706 menos. Nós sabemos que esse dinheiro está no caixa, então nós queremos e é
707 justo que ele seja repassado para solucionar a situação de quem trabalha e
708 produz o município. Porque o município é muito pouco, o resultado das
709 nossas ações, mas ele é muito mais resultado da ação do servidor público, que
710 está lá na UPA, que está lá no CRAS, que está lá na escola, que está lá nos vários
711 locais onde a prefeitura tem um rosto. O rosto da prefeitura no município é o
712 servidor público. VER JAIME: Questão de ordem, excelência. Eu quero aqui -
713 boa noite - cumprimentar a todos. Senhor presidente, quero parabenizar pela

714 ideia. Essa ideia, eu compartilho dela já há algum tempo. Parabéns ao
715 Miguelão pela fala. Dez vereadores, acredito que é o suficiente para essa Casa.
716 É claro, antigamente era dez. No passado, se não me engano era dez, não é
717 Miguel? Dez. Sou favorável, assino também a Resolução e acho muito
718 interessante a diminuição do duodécimo. Acredito que realmente não gaste
719 esse valor total. E também, aproveitar essa mesma Resolução e dar uma
720 verificada no salário porque realmente o salário é diferente do salário do
721 prefeito e é diferente do salário do vice-prefeito. Então, é bom dar uma
722 analisada nesse projeto de lei, toda essa questão. Quero parabenizar mais uma
723 vez e dizer que eu estou junto no projeto. E, por fim, só finalizar, eu quero dizer
724 que é por aí mesmo, que a gente começa a moralizar o nosso país e nossa
725 cidade. Estamos num momento difícil. Nós estamos passando por um
726 momento difícil no país. Todo mundo sabe, o esforço que o nosso presidente e
727 que toda a equipe do governo está fazendo tanto a nível estadual como a
728 federal, para consertar o país e o estado. Aqui em Barra do Garças não é
729 diferente. Nós estamos nesse contexto e acredito que essa ação nossa, senhor
730 presidente, vai surgir efeito e servir de exemplo para o resto do país. Muito
731 obrigado. VER. MURILO: Presidente, concordo com a sua fala. Eu sou
732 favorável também. Eu que sou muito dedicado à saúde, eu vejo a dificuldade
733 aqui. É pronto socorro; é upa; é pessoas que precisam ir para Cuiabá, não tem
734 passagem, que é essa luta danada. O prefeito também fica, que nem se diz,
735 nessa sofrência porque o estado deixa a desejar em alguns momentos. Eu
736 também, entendo também o estado, mas a gente tem que começar é de casa.
737 Então, parabéns mesmo e pode contar também, eu sou a favor de dez
738 vereadores mesmo. SR. PRESIDENTE: Gente, dizer duas coisas: primeiro
739 dizer, que nós já temos seis. Só precisávamos de cinco para dar... sete... e, só
740 fazer uma pequena correção... o Cleber também. O Pebinha também. Pronto!
741 Semana que vem, a lei emenda à Lei Orgânica está aqui. VER. PAULO RAYE:
742 Agora, uma questão de ordem aqui. Não! Nesta questão de diminuição do
743 número de vereadores, eu sou favorável também. Lógico! Eu sou favorável. Eu
744 só queria colocar a minha posição, que eu coloco de uma forma que eu queria
745 falar, que tudo isso que se falou aqui dentro é lógico! Diminuir o número de
746 vereador, diminuir repasse para essa Câmara, apesar que vai vigorar a partir
747 da nova gestão e não nessa agora, eu concordo com tudo. Só que eu acho que

748 a conjuntura – entendam o que eu estou querendo dizer - a conjuntura de
749 aumento do funcionalismo, de melhora na saúde, de melhora na educação e
750 tudo mais, não vai depender só desse ato. Nós podemos ser um exemplo, uma
751 gota d'água, mas que a devolução desse dinheiro para o Executivo, não nos
752 garante que tudo isso seja sanado. Porque existem muitas coisas mais a serem
753 consertadas para se chegar a esse termo. Ah... baixar vereador, baixar salário,
754 baixar tudo; nós não estamos resolvendo o problema de nada. Nós estamos
755 ajudando, dando um pequeno auxílio. E, da mesma forma, Joãozinho,
756 concordo com você e estou dentro. Quanto mais eu. Eu sou médico. Estou
757 dentro! Isso aqui para mim em forma de salário, não representa nada! Eu estou
758 dentro nessa ajuda, de diminuir vereador, diminuir salário. Estou dentro de
759 tudo, se realmente isso me convencer que o funcionalismo vai receber essa
760 ajuda. Queremos que o prefeito nos garanta que isso que nós estamos fazendo,
761 vai ser revertido para isso. Entendeu? Para que isso realmente vá cair na mão
762 do funcionário público. Entendeu? Temos muitas coisas a fazer. VER.
763 MURILO: Está bom, Paulo. Vamos embora, Paulo! VER. PAULO RAYE:
764 Agora, que está sendo feito o concurso, temos que estar atentos ao concurso e
765 tudo isso. Essa é a nossa parte e nessa é a nossa obrigação. Muito obrigado.
766 VER. ALEX MATOS: Senhor Presidente, como é bom no calor das discussões
767 surgirem ótimas iniciativas como essa, que imediatamente eu acredito que é
768 acatada por todos. Será uma honra poder participar desse processo histórico,
769 só que eu gostaria de ir além. Participamos... são onze constitucionalmente ou
770 dez? Enfim, onze ou dez, qualquer que seja... SR. PRESIDENTE: É que tem que
771 ser um número ímpar, qualquer que seja. Não! Mas, tem que ser um número
772 ímpar porque não pode dar empate nas votações. Tem que ser um número
773 ímpar qualquer que seja. Mas aí, em algumas questões, nas leis
774 complementares e algumas questões que exige fórum... não questões...
775 algumas questões que exigem o número legal, o presidente, ele vota. Aí, vamos
776 imaginar: que pode acontecer... não! Em algumas leis é obrigatório. Ele vota
777 para desempatar em algumas, em outras ele vota obrigatoriamente. Não!
778 Miguel, deixa eu explicar um negócio para você. Deixa eu só repetir a
779 explicação. Na legislação ordinária, nessas que a gente vota aqui, a legislação
780 ordinária, o presidente não vota. Salvo, se houver empate. Beleza! Nas leis
781 complementares, na lei orgânica e naquelas votações que a legislação exige



782 maioria absoluta, nestas o presidente vota, tendo ou não conseguido quórum.
783 Às vezes, o voto dele é o 15º favorável, mas ele é obrigado a votar. Entendeu?
784 Tanto é que se você dar uma olhada na Constituição; dá uma olhada aí, pegue
785 agora o texto legal; você vai ver que os números são sempre ímpares,
786 justamente para evitar essa possibilidade de empate nas votações. Mas, isso
787 também... pois não, excelência. VER. ALEX MATOS: Então, eu acredito que
788 todos participarão desse momento histórico, que é um bom exemplo a ser dado
789 para o país. Esse final de semana, nós compartilhamos com a indignação da
790 sociedade, com relação a esse aumento do fundo eleitoral. E, há estudos que
791 dizem que vai ter que ser retirado de outras áreas do governo, e estão falando
792 em educação, saúde, para aumentar fundo eleitoral. Concordo aqui em gênero,
793 número e grau, o que o vereador Cleber falou - as pessoas têm que ter
794 propostas, tem que ter serviços prestados para a sociedade. E aí sim, ela se
795 coloca à disposição, se for eleita sim; se for, não! Porque o que ocorre de erro
796 nesse nosso país é o seguinte: candidatura é investimento para alguns. Então,
797 eu invisto. Era assim que se fazia durante muito tempo e assim ainda se faz em
798 alguns níveis. Então, que a pessoa coloque o nome, se não for eleito, ela não
799 deve nada a ninguém, nem dinheiro, nem favor e nem obrigação. Continua a
800 ser a mesma pessoa. Daí, a ideia do fundo eleitoral ser essa aberração como foi
801 colocado aqui. Mas, eu convido vossas excelências a nós melhorarmos ainda
802 mais o exemplo. Ano retrasado, nós aprovamos aqui, algo em torno de
803 setecentos contratos a serem autorizados para o trabalho continuar. O ano
804 passado foi para mil e quinhentos. Na ocasião, eu votei contra. Eu votei para
805 manter os setecentos. Então, eu convido vossas senhorias para quando chegar
806 aqui o projeto semana que vem, desses mil e quinhentos, que nós cortemos
807 pela metade. Beleza? Aí, nós estamos dando o nosso exemplo e convidando o
808 Executivo a dar o exemplo de economia também. E aí, sobra mais dinheiro e
809 esse recurso pode ser repassado aos servidores. Conte com a minha assinatura,
810 presidente. VER. JULIO CESAR: Senhor presidente, só mais uma sugestão
811 sobre a questão do projeto: primeiro - a minha preocupação é que a gente tem
812 que fazer, elaborar esse projeto de lei, que o próximo presidente da Câmara
813 possa querer receber o valor integral, que hoje é repassado para a Câmara e
814 não fazer esse compromisso que nós estamos fazendo aqui. Então, nós temos
815 que buscar uma forma legal, que esse dinheiro seja repassado para o

816 funcionalismo e saúde. E, uma dessas ideias que a gente poderia colocar - já
817 tem algumas câmaras municipais - é sobre as emendas dos vereadores. Foi o
818 que nós discutimos há algum tempo. Eu acho que cada vereador, a maioria,
819 cada um mora no seu bairro; a gente poderia estar economizando e fazendo
820 emendas. Cada vereador tem uma quantidade de emendas para o seu bairro.
821 VER. ALEX MATOS: Uma parte? Julio, inclusive o Heros está acabando de
822 fazer o estudo no jurídico, que é uma proposta que vossa senhoria falou
823 desde... VER. JULIO: Canarana já tem. Em algumas cidades já tem. VER. ALEX
824 MATOS: Isso! Está sendo finalizado o estudo para emenda impositiva,
825 totalmente diferente das emendas que são aí, que nós sabemos, a nível estadual
826 e federal, porque nessa nós só indicamos para a localidade. Não participamos
827 de negociatas quaisquer que sejam, como acontece em níveis aí, superiores.
828 Então, perfeito. Eu acredito que seria para o trabalho do vereador muito
829 adequado, essa emenda impositiva. SR. PRESIDENTE: Eu vou só lembrar que
830 existe... nós temos nessa questão das emendas impositivas, vige nas questões
831 orçamentárias de uma forma especial e nas tributárias, o princípio de que a
832 gente... há uma padronização. Então, a gente não pode fugir daquilo que é... só
833 para finalizar. Então, os percentuais na Constituição Federal 1º - o percentual
834 a de ser o mesmo. Certo? 2º - a destinação também. Então, mesmo na nossa
835 legislação municipal, o princípio da simetria aqui se impõe. Então, nós temos
836 que construir uma legislação municipal que respeite, que guarde simetria com
837 aquilo que a própria Constituição faz em relação às emendas impositivas.
838 Então, eu garanto a vossas excelências: A ideia é que nós economizemos quase
839 50% do que se gasta hoje, com essas modificações que nós estamos nos
840 propondo a fazer. E, que não há - isso eu posso garantir - através de emendas
841 impositivas de onze vereadores, fazer essa destinação. Primeiro porque, a
842 emenda é individual; e segundo porque, a que se respeitar os limites
843 constitucionais para isso. Se alguém quiser dar uma olhada aí, eu acho que é
844 Art. 163 da Constituição, salvo melhor juízo. Dá uma olhada aí, quem puder
845 nos socorrer, para dizer quanto que é o percentual da emenda e a destinação.
846 A gente sabe que é exclusivo para a saúde... 50% em educação e que tem um
847 percentual mínimo e eu creio que... quanto? 1,2. Portanto, se nós pegarmos
848 onze vereadores e fizermos 1,2; nós vamos poder destinar 12% mais ou menos
849 do que se pretende economizar e nós deixaríamos... é importante que a gente

850 tenha aí, e publicize essas questões porque nós faremos elas nos gabinetes
851 daqui. Aliás, eu até proponho, já que a Casa está tão favorável, por que não
852 fazer uma audiência pública para que a gente trate desse assunto? Chamar
853 para cá a comunidade. Mostrar a destinação. Porque daí, a gente inclusive é
854 uma forma de perante a comunidade, a gente amarrar o próximo prefeito
855 porque pode ser uma das condições assumidas perante a comunidade de Barra
856 do Garças do próximo prefeito. É claro que a gente sabe que isso, nada garante
857 100% nenhuma aplicação, mas seria uma vinculação do próximo prefeito com
858 essa receita perante a comunidade inteira, perante o município inteiro, perante
859 todo o cidadão. Então, é claro que a gente pode discutir, mas por que não
860 fazermos uma audiência pública para tratar desse tema? Acho que seria
861 inclusive, a forma ideal. Inclusive, aí que nós poderíamos... outras cabeças,
862 outros pensares, outras perspectivas poderiam ser trazidos aqui pela
863 população e nós construímos realmente - como já fizemos em outra questão -
864 um texto, marco legal que seja o resultado da nossa compreensão, mas também
865 da compreensão da população. VER. ZÉ GOTA: Senhor presidente, concordo
866 com tudo aqui que os colegas falaram e mencionaram. Tem o meu apoio,
867 lógico. Sem dúvida. Mas, tiver a garantia, como o Alex falou, se tiver a garantia
868 que tem que cortar a própria carne, uma reforma administrativa. Não é só no
869 legislativo não. No executivo também. E aí? É uma vergonha! Um repasse da
870 APAE que a gente está discutindo de três mil e nos outros lugares, nove mil;
871 dando doze mil para um, quinze mil para outro, oito mil para outro. Então, a
872 demagogia tem que acabar e a hipocrisia mais ainda e fazer o que é certo.
873 Vamos cortar na própria carne? Vamos! Vamos votar para diminuir os
874 vereadores? Vamos! E, é muito bom e bonito. Diversos vereadores que tiveram
875 vinte anos nessa Casa, sempre votou nessa questão de aumentar ou não.
876 Vamos reformar tudo? Vamos! É chamar o Executivo aqui. Está aqui já o chefe
877 de gabinete, o procurador geral, sentar na mesa e falar: vamos fazer uma
878 reforma administrativa geral. Geral! Não é só com discurso e dando a carta
879 aqui, que pode ser até um jogo político e um palanque eleitoral já. Vamos
880 reformar tudo? Vamos! Agora é sentar executivo e legislativo e ponto final.
881 Resumindo, eu acho que essa discussão é isso: vamos fazer uma reforma
882 administrativa. Aí, vai melhorar a saúde no nosso município? Ah não... voltou
883 o dinheiro para o Executivo e a saúde está no perrengue. E, eu falo que, o que

884 o prefeito e a secretária faz é o possível e o impossível, que a gente sabe, o tanto
885 que gasta na saúde. Vai melhorar a educação? Vai? E, a cultura? Que aqui não
886 tem, que é a realidade. E, o esporte? Que, não tem. E, o turismo então, nem se
887 fala. Nem se fala, um potencial turístico desse aqui, que não é explorado de
888 forma sustentável e não tem uma gestão turismo-empresarial, que atrai turista
889 a gastar dinheiro aqui, como Caldas Novas, Nobres, Bonito e diversas cidades.
890 Então, vamos sentar; chamar; faz uma reunião e aí faz. Aí, corta a própria carne
891 de todo mundo. Aí, para fazer um município redondo, como todos os
892 discursos aqui estão lindos e maravilhosos, vamos fazer uma reforma
893 administrativa entre executivo e legislativo, que aí sim, vai chegar... e, primeira
894 coisa: ser transparente mais do que nunca. Pronto! Acabou! É minha opinião.
895 SR. PRESIDENTE: Eu entendo a vossa opinião, e claro, toda opinião é digna
896 de todo respeito dessa Casa, mas nós não podemos, se quisermos dar um bom
897 exemplo, condicionar que a gente faça a nossa obrigação, a que o executivo
898 faça a dele. Nós temos que fazer a nossa parte e fiscalizar o município. Nós não
899 podemos dizer assim: Não! Nós só vamos fazer aqui a nossa parte, cortar na
900 nossa carne, se o chefe do executivo também cortar a dele. Negativo! Aí, nós
901 não fazemos porque ele não faz; e aí, a população, o servidor, paga o pato. Que,
902 essa é a proposta. Então, nós temos que fazer a nossa parte, dar o nosso
903 exemplo e fiscalizar, ou faça o Executivo ou não. Nós temos que fazer a nossa
904 parte. Isso é muito mais, excelências, do que uma questão local, porque como
905 disse o Julio: isso pode servir de espelho, de exemplo para os outros 5.470
906 municípios desse país. Então assim, não é só a nossa Casa; não é só uma
907 questão de resolver o nosso problema; é também dar exemplo de como se faz
908 o certo. Então, eu concordo com vossa excelência, que o Executivo tem que
909 fazer a parte dele, mas eu discordo de que nós devamos condicionar de fazer
910 a nossa parte, a que o município faça a dele. Não é essa a ideia. A ideia é fazer
911 a nossa parte. Se ele fará ou não a dele... Só um minutinho. Vou dar um minuto
912 a vossa excelência. VER. ZÉ GOTA: Só para concluir. Eu não estou falando...
913 um exemplo, eu entendi completamente. Mas, é fazer uma reforma
914 administrativa no município. Chegou esse discurso aqui, não é obrigando o
915 executivo ou o legislativo. Tudo começou com os servidores. Vai pagar? Vai
916 elevar? Vai? Mesmo que nós somos os fiscais, estamos aqui desde de 2017
917 pedindo. Deu o reajuste? É só isso que eu estou falando. É sentar todo mundo



918 e fazer a coisa funcionar. É só isso. SR. PRESIDENTE: Mas, a diferença é essa,
919 excelência; deu ou não deu o reajuste sobre o pretexto que não há dinheiro
920 para isso. VER. ZÉ GOTA: Sim! Sem dúvida. SR. PRESIDENTE: Se nós
921 estivéssemos ao longo de ano a ano fazendo essa economia aí, da ordem de
922 três milhões, pelo menos o servidor poderá dizer assim: Não... a gente sabe
923 que tem esse dinheiro aí. Porque o discurso que não se deu é exatamente
924 porque não há recurso para isso. Concordo em gênero, número e grau com
925 vossa excelência, quando diz que nós precisamos de uma reforma
926 administrativa do município. Publicamente, mais de uma vez, em várias
927 reuniões com o secretariado, eu defendo essa situação, da necessidade de uma
928 reforma administrativa. Mas, esta é uma questão que precisa ser tocada, mas
929 não é dela que se trata aqui nesse momento. VER. CLEBER: É só para deixar
930 registrado, para ficar na Ata: eu sou a favor de o que o senhor pôr aí para votar,
931 para diminuir. É só para ficar registrado. VER. GUSTAVO: Presidente, minha
932 fala aqui, interpelaram... era para eu responder o que o Paulo Raye falou.
933 Como que a gente vai ter certeza que isso vai para os servidores? Vossa
934 excelência respondeu muito bem. Nós, a primeiro momento, nós não temos
935 que preocupar se o Executivo vai fazer a parte dele, mas que nós fazemos a
936 nossa parte. Quero parabenizar vossa excelência, que esse discurso, quem me
937 conhece, eu sempre falo: a ineficiência que tem o funcionalismo público; a
938 ineficiência que tem a Casa pelo valor que se gasta, que é em torno de seis
939 milhões por ano; e hoje, nós estamos dispostos a cortar quase que pela metade.
940 E, como eu sempre falei: a reforma administrativa, ela é necessária. É cortar os
941 privilégios. Nós políticos, não precisamos de tanto. O Zé Gota falou da reforma
942 administrativa do Executivo. É o negócio que eu falo: o prefeito precisa pagar
943 para andar de SW4, presidente? Você chega lá no gabinete, tem o garçom para
944 servir a água, para o café. Precisa de toda essa mordomia? Não precisa! Está
945 aqui o nosso secretário, o chefe de gabinete; às vezes, a gente chega lá no
946 gabinete, o tanto de funcionário para executar pequenas funções. Infelizmente,
947 a coisa pública se tomou de cargos para politicagem. Isso tem que ser revisto.
948 A Câmara também. Todo sistema público funciona dessa maneira. E, chegou
949 a hora disso acabar. Buscamos as reformas necessárias. As reformas
950 administrativas necessárias e a transparência necessária também. Pois, há
951 alguns dias chegou a notícia para todos, de um possível desvio de mais de

952 quatro milhões de reais na saúde. Aí, você vê postagem de prefeito falando:
953 faço o possível e o impossível pela saúde dessa cidade. Espera lá um
954 pouquinho! Tem algo errado aí! Se está lá, o Ministério Público investigando a
955 ineficiência de mais de quatro milhões reais... SR. PRESIDENTE: Excelência,
956 eu já concedi a vossa excelência o dobro do prazo dos demais. Vamos voltar
957 a... pois não. Não havendo mais inscritos, encerrado o debate, quero
958 parabenizar a Casa. Talvez foi o melhor debate do ano. Acho que nós a partir...
959 solicito; determino a ilustre assessoria jurídica da Casa, que apresente... vou
960 dizer uma situação para a população. É preciso não brincar com a população.
961 Para mudar... excelências, por gentileza. Senão, eu vou gritar e me esgoelar
962 aqui, para que as pessoas ouçam. Para que nós possamos alterar a Lei Orgânica
963 do município existe todo um rito. Não dá para votar a Lei Orgânica, nem que
964 nós quiséssemos, Julio, numa única sessão. Por que? Porque ela exige duas
965 sessões, com intervalo, e vossa excelência sabe bem disso. Mas ainda assim, o
966 assessor jurídico da Casa, apresentará na próxima sessão, as emendas
967 necessárias para as reduções tanto do número de vereadores quanto do
968 percentual do duodécimo. Já, na próxima sessão. Será impossível votar, mas
969 ela já estará aqui. Será lida. Será publicizada. Nós iremos para o recesso. Já há
970 uma conversa aqui dos vereadores, de que nós não teremos o recesso da Casa
971 por inteiro no mês de janeiro. Nós poderemos tranquilamente, inclusive se
972 houver entendimento da Casa, votar a questão já em janeiro. Ou senão, já após
973 o recesso, em fevereiro. Só para gente prestar contas à comunidade, a quem
974 está aqui e a quem nos assiste de casa. Vamos às leituras e votações. Dando
975 continuidade à Sessão, o Sr. Presidente iniciou a Ordem do dia e o 1º Secretário
976 efetuou a leitura das seguintes matérias: Projeto de Lei Complementar nº
977 020/2019, de 20 de dezembro de 2019, de autoria do Poder Executivo
978 Municipal, que "Altera a Lei Complementar nº 084 de 01 de abril de 2005 e
979 suas alterações, que dispõe sobre a estrutura organizacional da administração
980 direta do poder executivo e da outras providências". Depois de lido foi
981 encaminhado às Comissões de Constituição, Justiça e Redação e; Educação,
982 Cultura, Saúde, Assistência Social e Defesa da Mulher. **Projeto de Lei nº**
983 **074/2019**, de 09 de dezembro de 2019, de autoria do Poder Executivo
984 Municipal, que "Dispõe sobre autorização para firmar termo de cooperação
985 técnica com repasse de recursos financeiros à instituição que menciona".

986 Depois de lido foi encaminhado às Comissões de Constituição, Justiça e
987 Redação e; Economia e Finanças.

988 (Agora, o Ver. Dr. Joãozinho deixa a cadeira da Presidência, a qual é ocupada
989 pelo Ver. Jaime Rodrigues).

990 **Projeto de Lei nº 076/2019**, de 09 de dezembro de 2019, de autoria do Poder
991 Executivo Municipal, que "Institui o programa de preceptoria em estágios
992 curriculares obrigatórios e residências uni e multiprofissionais e dá outras
993 providências". Depois de lido foi encaminhado às Comissões de Constituição,
994 Justiça e Redação e; Educação, Cultura, Saúde, Assistência Social e Defesa da
995 Mulher. **Projeto de Resolução nº 035/2019**, de 09 de dezembro de 2019, de
996 autoria do Vereador Alessandro Matos do Nascimento-PRB, que "Outorga
997 título de cidadania barra-garcense". Depois de lido foi encaminhado à
998 Comissão de Constituição, Justiça e Redação. **Projeto de Resolução nº**
999 **033/2019**, de 03 de dezembro de 2019, de autoria do Vereador Paulo Cesar Raye
1000 de Aguiar-PMDB, que "Outorga título de cidadania barra-garcense". Depois
1001 de lido foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

1002 **Projeto de Lei nº 061/2019**, de 06 de dezembro de 2019, de autoria do Vereador
1003 Alessandro Matos do Nascimento-PRB, que "Altera a Lei Municipal nº 3.403
1004 de 04 de julho de 2013 e dá outras providências". Depois de lido foi
1005 encaminhado às Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Economia e
1006 Finanças e; Obras Públicas, Transporte, Comunicação e meio Ambiente.

1007 VER. DR. NETO: Senhores vereadores, eu peço a atenção de vossas excelências
1008 aqui. É um projeto do vereador Alex, nº 061. É um projeto que chegou agora
1009 na câmara municipal é um projeto que tem várias tabelas. Então, eu peço a
1010 atenção de todos os vereadores porque vai ser enviado para todos os
1011 vereadores, para que eles possam olhar no e-mail lá, sobre o projeto. Porque a
1012 leitura fica difícil de ler aqui, por causa das tabelas aqui, vereador Alex. Então,
1013 já está à disposição dos vereadores. SR. PRESIDENTE: Sim. Pois não, vereador.
1014 VER. ALEX: Neto, só ressaltar que é uma alteração proposta por diversos
1015 profissionais no ramo da saúde, em especial os odontólogos. Então, é uma
1016 mudança tabelária. Não é renúncia de recurso. Mas assim, com certeza, no dia
1017 da votação estarão aqui os profissionais odontólogos. E, em verdade, o Cleber
1018 trouxe uma notícia da isenção para diversos polos de funcionamento
1019 profissional. Talvez venha ao encontro também. Então assim, seria legal todo

1020 mundo estudar, com certeza, Neto. E, visa o enquadramento, porque... só
1021 rapidinho para dizer Jaime: tem o licenciamento hoje, para determinadas
1022 atividades que diz assim: Olha... Área de 0 a 500m. E, por exemplo, os
1023 consultórios odontológicos, médicos, nutricionistas, enfim... entre 40m e 80m.
1024 Então, eles solicitaram com base em legislação federal e de outros municípios,
1025 que se reenquadrasse essa divisão de metros. Então, criando outras tabelas de
1026 0 a 100; de 0 a 200; de 200 até chegar nos 500. SR. PRESIDENTE: Projeto de Lei
1027 nº 061/2019, encaminhado às comissões de constituição, justiça e redação;
1028 economia e finanças e; obras públicas, transporte, comunicação e meio
1029 ambiente. Eu quero aqui falar, que a assessoria vai passar no e-mail de cada
1030 vereador. Tem o Projeto de Lei nº 076/2019 que institui o programa de
1031 preceptora em estágios curriculares obrigatórios e residências uni e
1032 multiprofissionais e dá outras providências. Há um pedido de urgência, e
1033 como é feito aqui nessa Casa, há uma votação dos vereadores do pedido de
1034 urgência. Os vereadores que são favoráveis... quero aqui convidar os
1035 vereadores que estão fora do Plenário, para fazer a votação. O Projeto de Lei
1036 nº 076/2019 veio com o pedido de urgência. Os vereadores que são favoráveis
1037 à urgência permaneçam como estão, do contrário se manifestem. Aprovado,
1038 com o voto contrário do vereador Gustavo Nolasco. ORDEM DO DIA (Votação
1039 das matérias) – SR. PRESIDENTE: Em votação de mérito, o projeto com o
1040 pedido de urgência, o Projeto de Lei nº 076/2019. Em votação o parecer da
1041 comissão de constituição, justiça e redação. Os vereadores que são favoráveis
1042 permaneçam como estão, do contrário se manifestem. Aprovado esse parecer.
1043 O parecer da comissão de educação, cultura, saúde, assistência social e defesa
1044 da mulher - os vereadores favoráveis permaneçam como estão, do contrário se
1045 manifestem. Mérito do projeto. VER. MIGUELÃO: Senhor presidente, demais
1046 colegas. Eu vou votar favorável a esse projeto porque o nosso município, ele
1047 atende a todo Vale do Araguaia e parte do Estado de Goiás, e com esses
1048 professores, esses preceptores aí, vindo aqui para o pronto socorro, para a
1049 UPA, para ministrar aula aos alunos lá das cidades vizinhas... de Jataí? Rio
1050 Verde, não é, que é a faculdade? Mineiros! Da cidade de Mineiros, eu acho que
1051 a população de Barra do Garças e do Vale do Araguaia e do Mato Grosso
1052 Goiano, tem a ganhar. Eu acho que nós temos que ajudar o próximo e esse
1053 projeto, eu vejo nele essa oportunidade da gente estar estendendo a mão para

1054 o próximo. Obrigado, senhor presidente. SR. PRESIDENTE; Mais alguém
1055 deseja falar no mérito do projeto? Em votação, o mérito do Projeto de Lei nº
1056 076/2019 - os vereadores favoráveis permaneçam como estão, do contrário se
1057 manifestem. Aprovado por unanimidade dos vereadores.

1058 **Resumo final da aprovação do projeto acima.** Projeto de Lei nº 076/2019, de
1059 09 de dezembro de 2019, de autoria do Poder Executivo Municipal, que
1060 "Institui o programa de preceptoría em estágios curriculares obrigatório e
1061 residenciais uni e multiprofissionais e dá outras providências". Votação dos
1062 pareceres favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação e;
1063 Educação, cultura, Saúde, Assistência Social e Defesa da Mulher. Aprovados
1064 por unanimidade de votos dos vereadores presentes. Mérito: se manifestou o
1065 vereador Miguelão, como verificado acima. Votação do Projeto de Lei nº
1066 076/2019, de 09 de dezembro de 2019. Aprovado com a abstenção do vereador
1067 Gustavo.

1068 (Agora, o Ver. Jaime Rodrigues deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada
1069 novamente pelo Ver. Dr. Joãozinho).

1070 SR. PRESIDENTE JAIME: Convido o nosso Presidente João Rodrigues. SR.
1071 PRESIDENTE DR. JOÃO: Excelências, o Projeto de Lei nº 016/2019 que dispõe
1072 sobre a revogação da Lei Complementar nº 214 de maio de 2017, foi lido no dia
1073 02/12 e tem parecer favorável da comissão de constituição e justiça. Fica
1074 revogada em todos os seus termos e efeitos administrativos, a Lei
1075 Complementar nº 214 de maio de 2017. É aquela lei, doutor, da questão
1076 fundiária que o senhor se reportou aqui. Em discussão o parecer. Em votação.
1077 Os que são favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem.
1078 Aprovado por unanimidade de votos o parecer à Lei Complementar nº
1079 016/2019. Mérito do projeto. Algum vereador gostaria de manifestar-se quanto
1080 ao mérito? Não havendo manifestações de mérito, dou por encerrada a
1081 discussão meritória. Passamos à votação. Em votação – os que são favoráveis
1082 permaneçam como estão, os contrários se manifestem. Aprovado por
1083 unanimidade de votos, o Projeto de Lei Complementar nº 016/2019.

1084 **Resumo final da aprovação do projeto acima.** Projeto de Lei Complementar
1085 nº 016/2019, de 28 de novembro de 2019, de autoria do Poder Executivo
1086 Municipal, que "Dispõe sobre revogação da Lei Complementar nº 214 de 08 de
1087 maio de 2017 e dá outras providências". Votação do parecer favorável da

1088 Comissão: Constituição, Justiça e Redação. Aprovado por unanimidade de
1089 votos dos vereadores presentes. Mérito: não houve manifestações, como
1090 verificado acima. Votação do Projeto de Lei Complementar nº 016/2019, de 28
1091 de novembro de 2019. Aprovado por unanimidade de votos dos vereadores
1092 presentes.

1093 SR. PRESIDENTE: Projeto de Lei nº 070/2019 que dispõe sobre locação de
1094 imóveis para os fins que menciona. O projeto de lei dispõe sobre a locação de
1095 imóvel para funcionamento do Procon na Rua Carajás... já leu né? O projeto
1096 versa sobre a locação de vários imóveis para o funcionamento das secretarias
1097 e coordenadorias e conselhos do Poder Executivo. O projeto tem parecer
1098 favorável das comissões de constituição, justiça e redação; economia e
1099 finanças; educação, cultura, saúde, assistência social e defesa da mulher e;
1100 obras públicas, transportes, comunicação e meio ambiente. Em discussão os
1101 pareceres. Em votação - os que são favoráveis permaneçam como estão, os
1102 contrários se manifestem. Aprovado por unanimidade de votos, os pareceres
1103 ao Projeto de Lei nº 070/2019. Mérito do projeto. Sem manifestações de mérito,
1104 à votação. Em votação - os que são favoráveis permaneçam como estão, os
1105 contrários se manifestem. Aprovado por unanimidade de votos, o Projeto de
1106 Lei nº 070/2019 que dispõe sobre a locação de imóveis para os fins que
1107 menciona.

1108 **Resumo final da aprovação do projeto acima.** Projeto de Lei nº 070/2019, de
1109 28 de novembro de 2019, de autoria do Poder Executivo Municipal, que
1110 "Dispõe sobre locação de imóveis para os fins que menciona". Votação dos
1111 pareceres favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação;
1112 Economia e Finanças; Educação, Cultura, Saúde, Assistência Social e Defesa da
1113 Mulher e; Obras Públicas, Transporte, Comunicação e Meio Ambiente.
1114 Aprovados por unanimidade de votos dos vereadores presentes. Mérito: não
1115 houve manifestações, como verificado acima. Votação do Projeto de Lei nº
1116 070/2019, de 28 de novembro de 2019. (Projeto de Lei que visa locar diversos
1117 imóveis para uso e funcionamento de diversas secretarias municipais). Aprovado por
1118 unanimidade de votos dos vereadores presentes.

1119 SR. PRESIDENTE: O Projeto de Lei nº 073/2019 que dispõe sobre o repasse de
1120 recursos financeiros a entidade que menciona – 1ª Companhia Independente
1121 do Corpo de Bombeiros. O projeto requer autorização dessa Casa para que o

1122 Prefeito Municipal repasse à Companhia Independente do Corpo de
1123 Bombeiros Militar, a partir do ano de 2020, a quantia de R\$ 1.500,00 mensais.
1124 O projeto tem parecer favorável das comissões de constituição, justiça e
1125 redação e; da comissão de economia e finanças. Em discussão os pareceres. Em
1126 votação - os que são favoráveis permaneçam como estão, os contrários se
1127 manifestem. Aprovado por unanimidade de votos, os pareceres ao Projeto de
1128 Lei nº 073/2019. Mérito do projeto. Dou por encerrada a discussão de mérito.
1129 Em votação. Os que são favoráveis permaneçam como estão, os contrários se
1130 manifestem. Aprovado por unanimidade de votos, o Projeto de Lei nº
1131 073/2019.

1132 **Resumo final da aprovação do projeto acima.** Projeto de Lei nº 073/2019, de
1133 02 de dezembro de 2019, de autoria do Poder Executivo Municipal, que
1134 "Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros à entidade que menciona".
1135 Votação dos pareceres favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e
1136 Redação e; Economia e Finanças. Aprovados por unanimidade de votos dos
1137 vereadores presentes. Mérito: não houve manifestações, como verificado
1138 acima. Votação do Projeto de Lei nº 073/2019, de 02 de dezembro de 2019.
1139 *(Projeto de Lei que visa repassar recursos financeiros no valor de R\$ 1.500,00 mensais*
1140 *à 1ª Companhia Independente do Corpo de Bombeiros Militar).* Aprovado por
1141 unanimidade de votos dos vereadores presentes.

1142 SR. PRESIDENTE: Projeto de Lei nº 039/2019 que proíbe a inauguração e
1143 entrega de obras públicas incompletas no município sem condição de atender
1144 aos fins a que se destinou e impossibilitado de entrar em funcionamento
1145 imediato. O projeto de lei tem pareceres favoráveis das comissões de
1146 constituição, justiça e redação; economia e finanças e; obras públicas,
1147 transportes, comunicação e meio ambiente. É o projeto que ficam proibidas a
1148 inauguração e a entrega de obras públicas municipais incompletas sem
1149 condições de atender aos fins a que se destinam ou impossibilitada de entrar
1150 em funcionamento imediato. O projeto de lei tem pareceres favoráveis, eu já
1151 disse. Em discussão os pareceres. Em votação - os que são favoráveis
1152 permaneçam como estão, os contrários se manifestem. Aprovado por
1153 unanimidade de votos, os pareceres ao Projeto de Lei nº 039/2019. Mérito do
1154 projeto. VER. ZÉ GOTA: Presidente, o projeto está bem explanado. Conforme,
1155 em diversos municípios do nosso país está acontecendo; como que você vai

1156 entregar uma escola pública aonde que a sala não está completa? Aonde você
1157 vai entregar um postinho de saúde, se está faltando medicamento, seringa e
1158 entre outros? Então, eu acho que está bem resumido. Diversas cidades já
1159 apresentaram, já é aprovado e já é lei. Então, eu peço o voto de confiança de
1160 todos os vereadores. Obrigado. SR. PRESIDENTE: Não havendo mais
1161 manifestações quanto ao mérito, dou por encerrada a discussão de mérito. Em
1162 votação. Os que são favoráveis permaneçam como estão, os contrários se
1163 manifestem. Aprovado por unanimidade de votos, o Projeto de Lei nº
1164 039/2019.

1165 **Resumo final da aprovação do projeto acima.** Projeto de Lei nº 039/2019, de
1166 06 de agosto de 2019, de autoria do Vereador Gabriel Pereira Lopes-PRB, que
1167 "Proíbe a inauguração e a entrega de obras públicas incompletas no município,
1168 sem condições de atender aos fins a que se destinam ou impossibilitadas de
1169 entrar em funcionamento imediato". Votação dos pareceres favoráveis das
1170 Comissões: Constituição, Justiça e Redação; Economia e Finanças e; Obras
1171 Públicas, Transporte, Comunicação e Meio Ambiente. Aprovados por
1172 unanimidade de votos dos vereadores presentes. Mérito: se manifestou o
1173 vereador Gabriel, como verificado acima. Votação do Projeto de Lei nº
1174 039/2019, de 06 de agosto de 2019. Aprovado por unanimidade de votos dos
1175 vereadores presentes.

1176 SR. PRESIDENTE: O Projeto de Lei nº 069/2019 de autoria do poder executivo
1177 municipal; a doação do imóvel que menciona ao conselho regional de
1178 engenharia e agronomia de Mato Grosso. Excelências, o Projeto de Lei nº
1179 069/2019 aportou a esta Casa no dia 25/11/2019, portanto há 14 dias. Não há
1180 mais que isso que ele está aqui. Me parece que esta questão já era discutida há
1181 três anos, porém nesta Casa, o projeto está há 14 dias. Tratando-se de uma
1182 doação, que segundo o parecer aqui, de um valor de R\$ 154.000,00 num imóvel,
1183 é um prazo razoável para que essa Casa analise a viabilidade ou não do projeto
1184 em questão. Como a questão das doações são sempre objetos de grande
1185 celeuma nesta Casa e no município, vou dizer a vossas excelências, que o
1186 projeto tem o laudo de avaliação. O projeto refere-se a uma área, a fração ideal
1187 de uma área de 1.618m², remanescente de uma área de 11.218m², localizada no
1188 loteamento Jardim Amazonas I. O projeto está acompanhado do memorial
1189 descritivo assinado pelo coordenador de projetos da secretaria municipal de

1190 município. Ele fica na Avenida Atílio Fontana, lado direito para os Lotes 1, 2 e
1191 3 da quadra 40 do loteamento Jardim Amazônia I, o lado esquerdo para o
1192 remanescente da matrícula 33 medindo 40m e fundos para o remanescente da
1193 matrícula 33 medindo 40m. Além dessas questões, excelências, pairou uma
1194 dúvida aqui, inicialmente, sobre a natureza jurídica do órgão a que se destina,
1195 o CREA. E, por conta disso, nós pedimos um representante do CREA, que se
1196 fez presente a esta Casa, que juntasse documentos que comprovassem a
1197 natureza jurídica ou a natureza da personalidade jurídica do CREA. Isso foi
1198 feito. Nós temos aqui as páginas: 50 a 143, os documentos que comprovam a
1199 natureza jurídica da autarquia, sendo ela de natureza pública federal. Não
1200 bastasse isso, os representantes do CREA também juntaram e isso se encontra
1201 às folhas 148, 144 a 151, um julgado do supremo tribunal federal, julgado esse
1202 de relatoria do Ministro Luís Fux, onde a primeira turma do supremo federal
1203 por unanimidade, negou o seguimento a um agravo de instrumentos nos
1204 termos do voto do relator. Nesse acórdão, o que há de interessante é que "O
1205 conselho de fiscalização profissional tem natureza jurídica de autarquia,
1206 conforme vários precedentes aqui citados". Portanto, comprovada a condição
1207 jurídica, a natureza jurídica, sendo ela de uma autarquia federal, preenchido
1208 um dos requisitos da lei para que se façam as doações. O outro é um pouco
1209 mais espinhoso é a questão do interesse público. Por que? Porque a lei diz
1210 que... a Lei nº 8.666 no seu artigo 17 diz, que é possível a doação, desde que
1211 trata-se de um ente público, o beneficiário... desculpem. Ela diz que é possível
1212 sem a necessidade de licitação. Tem que ser um ente público e tem que estar
1213 presente o interesse público. O interesse público é o entendimento de cada um
1214 de vossas excelências. Entendo eu, que: primeiro que há o entendimento que
1215 nós somos uma cidade que cresce. A nossa área de construção civil é uma área
1216 das mais crescentes das que despontam no nosso município. Nós sabemos aí,
1217 o grande número de construções, basta aí, o Nova Barra aí, os bairros
1218 adjacentes, mesmo os bairros centrais. O CREA é uma instituição nacional. Nós
1219 sabemos que a fiscalização exercida aqui no município havendo uma entidade,
1220 facilitará e muito a vida do cidadão, sem contar que há o interesse de nossa
1221 cidade de que firmemos aqui aquela situação de protagonista do Vale do
1222 Araguaia que sempre tivemos. Então, por essas razões, penso que presente o
1223 interesse público, mas ele é uma interpretação da qual alguns podem divergir.

(66) 3401-2484 / 3401-2395 / 3401-2358 / 0800 642 6811

barradogarcas.mt.leg.br – fb.com/camarabarradogarcas

Rua Mato Grosso, N° 617, Centro, Barra do Garças – MT, CEP: 78900-000

camara@barradogarcas.mt.leg.br / imprensa@barradogarcas.mt.leg.br / ouvidoria@barradogarcas.mt.leg.br

1224 Só para finalizar, também se encontra juntado aos projetos a cópia de várias
1225 leis do Estado de outros municípios que fizeram também doações de áreas
1226 para o CREA, a fim de que lá se construísse a sede própria. Só ressaltando que
1227 a nossa lei autorizativa, ela condiciona que dentro de dois anos não havendo a
1228 construção, é possível, como já aconteceu outras vezes, a reversão ao
1229 patrimônio público. Só para finalizar, o projeto tem parecer da ilustre
1230 procuradoria jurídica da Casa, na pessoa do Dr. Heros. O parecer, o Dr. Heros
1231 em conclusão, portanto apresentada a mensagem, se respeitada as
1232 observações, e entendendo os vereadores, cumprido os requisitos supra, não
1233 vislumbramos impedimento a tramitação do projeto, cabendo aos vereadores
1234 análise de mérito, bem como de interesse público. Na verdade, a conclusão
1235 nem é... como a conclusão, embora se possa entender do texto que ela é
1236 favorável, na verdade a conclusão diz apenas da possibilidade de tramitação
1237 do projeto. Tramitar, ele não é ilegal e não é inconstitucional. Então, pode
1238 tramitar. É isso que está dizendo, pelo menos a parte conclusiva. Embora, eu li
1239 o parecer, no corpo do parecer, ele diz que está presente aquele requisito que
1240 eu disse, que trata-se de uma entidade de natureza pública federal e que o
1241 interesse público a de estar a cargo dos vereadores. Diz ainda que não é fácil a
1242 distinção dos interesses e que o interesse público ao nosso ver existe e está
1243 presente nas atividades fins da donatária. Corpo do parecer diz que presente
1244 os dois requisitos, embora a conclusão tenha sido... não nega o corpo, mas é
1245 porque ele só diz que não vislumbra impedimento à tramitação do projeto de
1246 lei. Cabendo aos vereadores a análise de mérito, bem como do interesse
1247 público. DR. HEROS: Senhores vereadores, só para explicar. É porque eu sou
1248 de parecer favorável. Eu entendo que existe interesse público, porém não sou
1249 eu que posso falar isso. Quem fala se tem interesse público ou não é o povo e
1250 o representante do povo são os vereadores, por isso o parecer. Porque para
1251 mim a única coisa que falta para ele ficar perfeito é ter o interesse público. E,
1252 isso é uma decisão de mérito dos senhores. Eu não posso. O promotor não
1253 pode. O CREA não pode. O prefeito não pode. Ninguém pode falar isso. Só os
1254 vereadores. VER. MIGUELÃO: Bom, eu vejo tranquilidade no meu voto e eu
1255 acho que de todos. É uma empresa pública federal e tem três anos que o
1256 dinheiro está aí. Por exemplo, era para esse projeto ter entrado antes, aí doou-
1257 se está área lá para instalar o fórum federal e a justiça federal. Aí, a justiça

1258 federal não arrumou o dinheiro para fazer lá no BNH e pega o seguinte: então,
1259 reverteu ao patrimônio público a mesma área. E, o quê que acontece? O CREA
1260 até dia 31 de dezembro, se ele não tiver com terreno para provar lá na sede em
1261 Cuiabá, eles vão voltar um dinheiro que nós podemos ter uma sede aqui
1262 própria; mais um órgão federal aqui dentro do nosso município. Então, eu vejo
1263 o meu voto com maior tranquilidade nesse projeto. Eu acho que isso aí, vem
1264 somar para o nosso município. O problema é que a prefeitura alegava que não
1265 tinha a área. A área hoje existe porque a justiça federal devolveu a mesma.
1266 Então, o meu voto vai com tranquilidade nesse projeto. Obrigado, senhor
1267 presidente. VER. JAIME: Eu também faço aqui uma declaração de voto
1268 favorável. Voto tranquilamente nesse projeto. Entendo que ficou muito claro
1269 que é uma autarquia. A natureza jurídica é pública. Há interesse público.
1270 Então, eu sei que alguns colegas teve problema com doação no passado, mas
1271 eu entendo, assim como o nobre presidente, que tranquilamente favorável.
1272 Muito obrigado. SR. PRESIDENTE: Eu não conheço... mais alguém quer se
1273 manifestar sobre o mérito? Eu não conheço e não sei se há aqui, mas não há
1274 um projeto da obra aqui. Eu peço autorização ao soberano plenário - há um
1275 representante do CREA aqui - para que ele venha até a Tribuna e nos responda
1276 alguns questionamentos. Pode ser? Pode ser? Os que são favoráveis
1277 permaneçam como estão, os contrários se manifestem. Aprovado o
1278 requerimento da Mesa. Por favor, o representante do CREA nessa noite. Só
1279 para que me sane uma dúvida aqui. Por favor. Boa noite. Tudo bem? Qual o
1280 nome do senhor? Neurélio. Neurélio, você sabe dizer para nós se esse projeto
1281 já tem essa destinação? Se já há um projeto do prédio, da forma como se dará
1282 o espaço. SR. NEURÉLIO: É... temos uma planta já pronta, mesmo porque a
1283 gente já tem muitas sedes construídas. Então assim, mas nós já adequamos
1284 uma para Barra do Garças e estava dependendo desse terreno. Logicamente,
1285 chegando no terreno tem algumas coisas que ainda vão ser adequadas no local,
1286 mas nós temos planta pronta já. E assim, talvez vocês tenham até assustado
1287 com a pressa que a gente estava disso. É porque nós temos assegurado pelo
1288 CONFEA, que é o conselho federal de engenharia que fica em Brasília,
1289 oitocentos mil reais para a construção dessa obra. E, nós temos que dar um
1290 parecer no máximo, de mais uma semana só, para que se tenha garantido esses
1291 oitocentos mil reais para a construção da obra. Até, talvez por isso, eu tenha

1292 apressado muito vossa excelência e eu tenha falado com alguns colegas
1293 vereadores aqui, colega meu assim, de conhecimento, que a gente precisava
1294 dar esse parecer para garantir esse dinheiro, justamente para a construção
1295 dessa sede. Então assim, nós estamos correndo atrás desse lote para garantir o
1296 dinheiro para a construção dessa obra. Essa era a pressa. SR. PRESIDENTE:
1297 Não, Neurélio... pode permanecer, por favor. VER. ALEX MATOS: Senhor
1298 presidente, uma questão de ordem, por favor. Eu queria só dar uma sugestão.
1299 Quem sabe aí, auxilia-nos a todos. Já que nos foi apresentado há duas semanas
1300 atrás o estreitamento com o Ministério Público, a vinda dos promotores aqui,
1301 o porquê não nos submeter a eles. Chama-los e explicar a situação porque hoje
1302 o grande receio - e eu gosto sempre de lembrar do Julio aqui que votou a
1303 doação de imóveis - está totalmente diferente a questão. Mas, até hoje paira
1304 sobre essa Casa, esse receio. Então, porque não convidá-los ou nós irmos até
1305 ele, senhor presidente, apresentarmos, dialogarmos com ele, e a partir do
1306 momento que eles falarem: Olha, não vemos de fato nenhuma situação que nós
1307 venhamos a cobrar a Casa; por essa questão não. Então, a minha sugestão.
1308 VER. JAIME: Questão de ordem também. Eu queria aproveitar a oportunidade
1309 e perguntar sobre o dinheiro da obra, que também é importante ficar
1310 registrado aqui nessa Casa. Esse dinheiro vem... É dinheiro público ou é
1311 dinheiro da instituição? SR. NEURÉLIO: O conselho federal de engenharia, ele
1312 sobrevive na verdade, da arrecadação dos associados. Quem são os
1313 associados? São os engenheiros... os arquitetos saíram, mas, engenheiros civis,
1314 engenheiros agrônomos. Antigamente tinha geólogos. Alguns cursos saíram
1315 porque montaram seus próprios conselhos, mas é uma gama de profissões que
1316 contribuem anualmente e com todas as ART's. Hoje, a gente a cada serviço que
1317 faz, cada obra que é feita, uma taxa é paga e um valor é recolhido. É desse
1318 dinheiro que vai ser construída a obra. SR. PRESIDENTE: Pois não. Há mais
1319 alguém, excelências. A pergunta que eu queria fazer é porque é o seguinte: É
1320 ali na subida do BNH de lá para cá. Minha preocupação é que ali é um
1321 trânsito... na principal? SR. NEURÉLIO: Fica de frente àquela maçonaria...
1322 assim, de lado com a maçonaria. SR. PRESIDENTE: Pois é. Minha preocupação
1323 ali é a questão do trânsito. Porque ali você vai interromper o fluxo e cada vez
1324 que você interrompe o fluxo de uma via - isso é dado estatístico - de uma via
1325 principal, você tem que ter cautela porque você aumenta a possibilidade dos

1326 acidentes. Então, ali a gente já tem uma via ali que é mão única. Então, eu
1327 gostaria de saber de você, Neurélio, ou até sugerir, suggestionar, que quando
1328 for fazer a obra, se acerque das cautelas necessárias junto a secretaria
1329 municipal de trânsito, de obra, de transporte do município, para a questão da
1330 sinalização, e que a obra, se possível, respeite e tome muito cuidado com essa
1331 questão, por exemplo, ali não poderá haver um recuo, para que não se utilize
1332 a pista para fazer estacionamento. Seria totalmente inviável. Essa é a minha
1333 preocupação. SR. NEURÉLIO: É... ali a área que foi colocada aí, são 1.618m².
1334 Logicamente, a gente vai contar com estacionamento, com um aparato de
1335 segurança porque ali é uma via até de acesso rápido. SR. PRESIDENTE: Exato!
1336 Essa é minha preocupação. Excelências, mais alguma colocação quanto ao
1337 projeto? VER. GARRINCHA: Senhor presidente, somos a favor. Eu acho que
1338 temos que fazer mesmo o nosso trabalho aqui de vereador. Parabéns vocês que
1339 vai fazer essa obra aí, que tanto necessita e tem o meu voto. SR. PRESIDENTE:
1340 Mais algum vereador? Excelência, vou responder porque vossa excelência
1341 fez... o Neurélio, ele mesmo foi até o ministério público e embora ele não tenha
1342 conversado com o promotor que tem atribuição, porque o ministério público,
1343 ele tem as atribuições e é separado. Patrimônio é um; meio ambiente é outro e
1344 tal; às vezes, mais de uma atribuição. A resposta que deram para ele, o senhor
1345 podia dizer para nós qual foi? SR. NEURÉLIO: Assim, é o que eu te falei. Na
1346 ânsia de garantir esse recurso para a construção da obra e também de agilizar,
1347 digamos assim, esse termo de doação, eu fui no ministério público e contando
1348 com o conhecimento que eu tenho com o Marcos Brant e de outros, não é...
1349 conhecimento já... ele me recebeu e ele me falou que tipo assim: não existe
1350 parecer de ministério público a respeito de uma assessoria jurídica, uma
1351 consultoria sobre isso. A própria assessoria jurídica da Câmara daria o parecer
1352 sobre. E, que não existe dúvida quanto ao regimento interno do CREA, que é
1353 uma autarquia e que é uma entidade pública. SR. PRESIDENTE: Beleza?
1354 Doutor, para finalizar essa questão, então já tem a resposta. Eu sou advogado.
1355 Dizem que a advocacia não é profissão para covardes. Eu faço aqui... Ser
1356 homem público também não é função de covardes. É preciso ter coragem para
1357 assumir alguns atos. É preciso ter... dito isto, em votação o projeto. Os que são
1358 favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. São quatro
1359 abstenções? São quatro abstenções! Abstenção do vereador Celson? Favorável?

1360 Vereador Celson favorável. Então, são quatro abstenções. Abstém-se da
1361 votação, o vereador Gustavo Nolasco, o vereador Alex, o vereador Dr. Neto e
1362 o vereador Cleber. Ausente o vereador Paulo Raye. Nove votos. O projeto está
1363 aprovado. Acabou?

1364 **Resumo final da aprovação do projeto acima.** Projeto de Lei nº 069/2019, de
1365 22 de novembro de 2019, de autoria do Poder Executivo Municipal, que
1366 "Autoriza a doação do imóvel que menciona ao Conselho Regional de
1367 Engenharia e Agronomia de Mato Grosso-CREA/MT e dá outras
1368 providências". Votação dos pareceres favoráveis das Comissões: Constituição,
1369 Justiça e Redação e; Economia e Finanças. Aprovados por unanimidade de
1370 votos dos vereadores presentes. Mérito: se manifestaram os vereadores Dr.
1371 Joãozinho, Miguelão, Jaime, Alex e Garrincha, e o cidadão Sr. Neurélio, como
1372 verificado acima. Votação do Projeto de Lei nº 069/2019, de 22 de novembro de
1373 2019. Aprovado com as abstenções dos vereadores Alex, Cleber, Dr. Neto e
1374 Gustavo, e ausência do vereador Paulo Raye.

1375 SR. PRESIDENTE: Não havendo mais projetos a serem votados, vamos às
1376 moções, requerimentos e indicações da noite. Solicito aos ilustríssimos, que
1377 dentro de cinco minutos sairemos, senão, às vezes, saem um pouco antes e não
1378 dá quórum. Por favor.

1379 Prosseguindo os trabalhos, iniciou-se a leitura das Indicações, Moções e
1380 Requerimentos, as quais, foram lidas imediatamente. Indicação nº 418/19 do
1381 Ver. Dr. Neto-PSB, ao secretário de transporte e serviços públicos (solicita
1382 colocação de redutor de velocidade na Av. Moisés Lira, deste o bairro Vila
1383 Varjão até a rotatória do IFMT); Indicação nº 419/19 do mesmo vereador, ao
1384 prefeito municipal (solicita que seja analisada a possibilidade de apresentar o
1385 presente projeto, versando sobre questão do piso salarial dos ACS); Indicação
1386 nº 420/19 do Ver. Dr. Joãozinho-PDT, prefeito municipal, secretário de
1387 educação e secretária de saúde (solicita medidas que torne obrigatório a
1388 realização de exame de tipagem sanguínea em alunos da rede pública
1389 municipal, a partir do próximo ano letivo); Indicação nº 421/19 do Ver. Cleber-
1390 DEM, ao secretário de urbanização e paisagismo (solicita implantação de
1391 academia ATI, na rotatória na rua Antonio Francisco Cortes, fundos com a
1392 escola Coopema); Indicação nº 422/19 do mesmo vereador, ao secretário de
1393 transporte e serviços públicos (solicita criação de pontos de moto-taxi nas

1394 proximidades do Auto Posto Dracênio e na UPA); Indicação nº 423/19 do Ver.
1395 Garrincha-PV e outros, ao secretário de planejamento urbano e obras (solicita
1396 asfaltamento da rua Antonio Alves, setor dos Tubarões); Indicação nº 424/19
1397 do Ver. Garrincha-PV e outros, ao secretário de planejamento urbano e obras
1398 (solicita asfaltamento da estrada de acesso ao antigo Iate Clube, numa extensão
1399 de pelo menos 1.000m); Moção de Aplausos e Agradecimento nº 314/19 do Ver.
1400 Julio Cesar-PSDB, aos policiais civis Gleimater de Sousa Camilo e Silbron
1401 Figueiredo de Sousa; Moção de Aplausos nº 316/19 do Ver. Garrincha-PV, aos
1402 membros da equipe de Defesa Civil (nomes em matéria); Moção de Aplausos
1403 nº 317/19 do mesmo vereador, à equipe que coordena o Procon de Barra do
1404 Garças (nomes em matéria); Moção de Aplausos nº 318/19 do Ver. Dr. Neto-
1405 PSB e outro, aos novos diretores e diretoras das escolas e creches do município
1406 (nomes em matéria); Moção de Aplausos nº 319/19 do Ver. Sivirino-PSD, aos
1407 líderes comunitários Valdivino Celio Oliveira Dias, Job Alves dos Santos e
1408 Maria Angela Ajala Osuna; Moção de Aplausos nº 320/19 do Ver. Dr.
1409 Joãozinho-PDT, aos membros da equipe organizadora da Festividade da
1410 Capela Nossa Senhora Imaculada Conceição, bairro Jardim Nova Barra (nomes
1411 em matéria); Moção de Aplausos nº 321/19 do Ver. Garrincha-PV, à Polliana
1412 Di Queiróz Cardoso; Moção de Aplausos nº 322/19 do Ver. Dr. Joãozinho-PDT,
1413 aos membros da equipe técnica administrativa da escola estadual Jardim
1414 Araguaia (nomes em matéria); Moção de Aplausos nº 323/19 do Ver. Dr.
1415 Joãozinho-PDT e outros, aos organizadores, colaboradores e patrocinadores da
1416 belíssima festividade alusiva ao aniversário de fundação do distrito de Vale
1417 dos Sonhos (nomes em matéria); Moção de Aplausos nº 324/19 do Ver. Dr.
1418 Joãozinho-PDT, aos policiais militares Cap. PM. Roy Benet Rodrigues de Souza
1419 e Cap. PM. Elton John Luz Silva; Moção de Pesar nº 325/19 do Ver. Murilo-
1420 PRB, aos familiares do Sr. Dualcy Gomes Santana. Após, o Sr. Presidente coloca
1421 em votação o pedido do Ver. Miguelão, para votar as matérias em bloco, o
1422 qual, após votado foi aprovado por unanimidade de votos. Em seguida, o Sr.
1423 Presidente colocou em votação todas as proposições, Indicações, Moções e
1424 Requerimentos, que após serem votadas receberam aprovação unânime. SR.
1425 PRESIDENTE: Não havendo mais inscritos, dou por encerrada a sessão. Uma
1426 boa noite a todos. Terminada a Ordem do Dia e não havendo mais nenhum

1427 vereador ou partícipe inscrito, o senhor presidente declarou encerrado os
1428 trabalhos, cuja ata, se aprovada, receberá a assinatura de quem de direito.

[Handwritten signatures in blue ink, including a large signature at the top right and several others below it.]

Antônio Nelson Guimarães

[Handwritten signature in blue ink at the bottom left.]

[Handwritten signature in blue ink at the bottom right.]